



**Luís Filipe Gomes
Aguiar Pereira**

**«A Escalada do Dragão» e a Nova Rota da Seda — A
China em Portugal. Que futuro?**



**Luís Filipe Gomes
Aguiar Pereira**

**«A Escalada do Dragão» e a Nova Rota da Seda — A
China em Portugal. Que futuro?**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas e Relações Empresariais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Maria Pinhão Ramalheira, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

O homem que é firme, paciente, simples, natural e tranquilo está perto da virtude.

Confúcio

o júri

Presidente

Prof. Doutor Reinaldo Francisco da Silva
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (Presidente)

Prof. Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (Arguente)

Prof.^a Doutora Ana Maria Martins Pinhão Ramalheira
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (Orientadora).

agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível porque o mesmo beneficiou do contributo de diversas pessoas. Por conseguinte, agradeço, com particular reconhecimento, a orientação da Professora Doutora Ana Maria Martins Pinhão Ramalheira que, sempre com dedicação e profissionalismo, me aconselhou sobre o tema a explorar e a estrutura do trabalho em apreço, lendo com atenção e criticamente os capítulos que fui redigindo. Indubitavelmente, todas as suas sugestões e encorajamentos foram pertinentes para que este trabalho chegasse a bom porto.

Dirijo, ainda, algumas palavras de gratidão a todos os docentes do Mestrado em Línguas e Relações Empresariais da Universidade de Aveiro com quem tive a honra e o privilégio de aprender, crescer e trabalhar enquanto discente.

Um especial cumprimento aos vários amigos e colegas desta universidade com quem privei, convivi e trabalhei.

À Professora Doutora Ana Balula, um especial cumprimento, pelas contínuas recomendações desde o tempo em que fui seu discente na ESTGA-UA.

À amiga Sara F. Costa, uma palavra de agradecimento pela disponibilidade na partilha de informação.

À memória da minha avó materna, pelo seu inestimável exemplo de humanidade e pelo recorrente ensino de que o perdão ainda é um atributo dos fortes.

Para finalizar, um agradecimento muito sentido ao apoio e auxílio, sempre presente, da minha mãe e do meu pai, mas também das minhas irmãs, irmão, sobrinha e afilhado, a quem tudo devo.

palavras-chave

Relações Portugal-China, Nova Rota da Seda.

Resumo

O presente trabalho pretende dar um contributo para o estudo das relações diplomáticas, culturais e empresariais atuais entre a República Popular da China e Portugal, incluindo uma reflexão sobre as implicações futuras destas relações entre duas culturas intrinsecamente tão distintas.

A crescente presença da China em Portugal que evidencia-se em diversas áreas, designadamente num substancial aumento de investidores chineses em diferentes segmentos e setores de mercado (energia, banca, equipamentos de saúde, seguradoras, imóveis, entre outros) e na proliferação de Institutos Confúcio afetos às principais universidades portuguesas, mas financiados principalmente pelo Governo chinês, onde se promove o ensino do Mandarim e se difunde a cultura chinesa. Outro aspeto relevante é a recente ligação aérea direta entre Portugal e a China, estabelecida em 2017, o que permitiu uma maior proximidade entre os dois países e que poderá facilitar a integração do porto de Sines na Nova Rota da Seda.

keywords

Portugal-China Relations, New Silk Road.

abstract

The present work intends to make a contribution to the study of current diplomatic, cultural and business relations between People's Republic of China and Portugal, including a reflection on the future implications of these relations between two intrinsically distinct cultures.

This dissertation focuses on the growing presence of China in Portugal that is evident in several areas, namely a substantial increase of Chinese investors in different market segments and sectors (energy, banking, health equipment, insurance companies, real estate, among others), as well as the proliferation of Confucius Institutes assigned to the main Portuguese universities, but mainly financed by the Chinese Government, where the teaching of Mandarin is promoted and Chinese culture is spread. Another relevant aspect is the recent direct air link between Portugal and China, established in 2017, which allowed a higher proximity between the two countries and that could facilitate the integration of the port of Sines in the New Silk Road.

Índice

1. Introdução	3
2. A República Popular da China	7
2.1. A cultura chinesa: Confucionismo, Taoismo e Budismo.....	7
2.2. A China hodierna.....	12
2.2.1. Regime político.....	12
2.2.1.1. Xi Jinping, presidente da República Popular da China.....	17
2.2.1.2. Sistema de partido único	20
2.2.1.3. Constituição da República Popular da China	24
2.2.2. Sistema económico	25
2.2.3. A Nova Rota da Seda.....	28
2.2.4. Direitos humanos.....	32
2.2.4.1. Controlo de informação e liberdade de expressão	36
2.2.4.2. Atentados à dignidade da vida humana	39
2.2.4.3. Massacre de Tiananmen	42
2.2.4.4. Dissidente Liu Xiaobo.....	46
3. Cultura organizacional chinesa	49
3.1. Teoria das dimensões culturais.....	49
3.2. Mianzi e Guanxi.....	51
4. Relações luso-chinesas.....	53
4.1. Apanhado das relações culturais e comerciais luso-chinesas até 2011 ...	53
4.2. A presença da China em Portugal desde 2011	56
4.2.1. Investimento chinês em empresas portuguesas estratégicas	56
4.2.2. Os Vistos Gold	61
4.2.3. O crescente fluxo de turistas chineses	62
4.2.4. O interesse da China na Base das Lajes	64
4.2.5. Notas soltas sobre a balança comercial entre Portugal e a China	66
4.2.6. Críticas ao forte investimento chinês em Portugal	68
4.2.7. O Instituto Confúcio.....	72
5. Considerações finais	75
6. Referências bibliográficas	79

Índice de Figuras

Figura 1: Xi Jinping curvado perante a plateia no 19.º congresso do PCC em 2017.	18
Figura 2: A Nova Rota da Seda <i>Uma Faixa Uma Rota</i> (por mar e terra).	30
Figura 3: Principais países onde ocorreu a maior percentagem de execuções em 2017.	40
Figura 4: Fotografia captada na Praça de Tiananmen a 5 de junho de 1989.....	43
Figura 5: Fotografia de Liu Xiaobo por Bi Yimin.	48
Figura 6: Comparação das 6 dimensões culturais entre a China e Portugal.....	49
Figura 7: Estátua de Jorge Álvares em Macau.....	53

1. Introdução

A elaboração do presente estudo implicou uma intensa recolha e análise de artigos científicos, crónicas, estudos de diversos sinólogos, reportagens, entre outros textos de índole vária, sobre o tema em apreço na plataforma *JANUS* (OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa), nos diversos artigos presentes nas revistas *Relações Internacionais* e nos jornais *Expresso*, *Público*, *Observador*, *Jornal de Negócios*, *Jornal Económico*, *Diário de Notícias*, *Visão*, *Revista Macau*, *China Labor Watch*, *BBC*, e *Rawstory*. Foram igualmente consultadas e estudadas diversas monografias, bem como outras obras em que a temática em análise é abordada.

A República Popular da China (RPC) tem sido considerada, nos últimos anos, uma das maiores potências económicas emergentes ao nível mundial, dado o investimento em grande escala que tem vindo a realizar em vários países do mundo. Aliás, atualmente, a RPC é a segunda maior economia do mundo, apenas suplantada pelos Estados Unidos da América (EUA). Não é por acaso que a China é também a principal credora dos EUA e um dos países com maior capital investido em várias economias dos países africanos, encontrando-se também a investir em força em toda a Europa. O crescente volume das exportações e o mercado interno permitiram a muitos investidores chineses aplicarem os seus capitais no mercado externo. Também ao nível bélico, a RPC é inegavelmente uma superpotência, visto que possui o maior exército militar do mundo, o segundo maior orçamento para a defesa, além de se considerar que detém numerosas ogivas nucleares, sendo, portanto, uma potência militar global.

Através de uma publicação na *Bloomerang*, Andre Tartar, Mira Rojanasakul e Jeremy Scott Diamond (2018) analisaram os investimentos que os chineses fizeram na última década na Europa (cf. Tartar, Rojanasakul & Diamond, 2018). Na realidade, foram investidos cerca de 255 mil milhões de dólares na Europa, principalmente na aquisição de pelo menos 360 empresas. Os maiores

investimentos, segundo a *Boomerang*, foram feitos sobretudo no Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Holanda. No entanto, os restantes países europeus também foram alvo do capital chinês. Também o *Jornal de Negócios* (2018) refere que Portugal teve um investimento de capital chinês na ordem dos 8,69 mil milhões de dólares e que a China investiu fortemente em várias e diferentes empresas na Europa, como por exemplo, na empresa de pneus Pirelli, em Itália, na empresa de aviação irlandesa Avalon, assim como possui «participações ou a totalidade do capital de, pelo menos, quatro aeroportos, seis portos marítimos, campos eólicos em, pelo menos, nove países, e 13 equipas de futebol profissional» (*Jornal de Negócios*, 2018).

Presentemente, a China mantém relações económicas e culturais muito significativas a vários níveis com Portugal. O substancial aumento de investidores chineses em Portugal evidencia-se em diferentes áreas de mercado, designadamente na energia, na banca, nas seguradoras e nos equipamentos de saúde, assim como na proliferação de Institutos Confúcio afetos a diversas universidades portuguesas (Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade do Minho) evidentemente financiadas pelo Governo chinês, com o manifesto intuito de divulgar a sua língua, o Mandarim, e a sua cultura.

Na presente dissertação serão desenvolvidos os temas supramencionados com o objetivo de refletir sobre algumas questões, que são afinal o cerne deste estudo. A saber: quais serão as implicações económicas, sociais e políticas do forte investimento da China em Portugal? Qual é o impacto deste investimento nos restantes países da Europa? Quais os objetivos, declarados e não declarados, da manifesta estratégia geoeconómica e política em Portugal e, por extensão, no resto da Europa? E com que intuítos?

Se, por um lado a China é um país politicamente comunista, em que o regime ditatorial de partido único controla rigidamente todo o território, mantendo formas de censura a vários níveis, por outro lado, a China tem levado a cabo

profundas reformas económicas (principalmente desde 1978, sob o impulso de Deng Xiaoping), que fizeram dela a segunda maior economia do mundo, sendo detentora de uma das maiores bolsas de valores da atualidade. Como é que esta dualidade política e económica da RPC se irá articular, num futuro próximo, com as realidades políticas, com as economias de mercado aberto (ou seja, que não sofrem quaisquer «diretrizes» do Governo) e com as democracias consolidadas dos países europeus, em que ela está a investir fortemente? Qual é, afinal, a dimensão do Partido Comunista Chinês (PCC) na governação da RPC e, por extensão, que tipo de influência é este que poderá vir a exercer nas relações comerciais com Portugal e com os outros países europeus? Estando os EUA nos antípodas da ideologia comunista, por que razão é que a China continua a ser o seu principal credor? É possível que o mesmo cenário venha a suceder em alguns países europeus? E que implicações é que daí adviriam? Como é que Portugal e outros países da Europa lidam com o investimento, incluindo em áreas consideradas estratégicas, de um país onde existe trabalho infantil e um inegável desrespeito pelos direitos humanos e laborais? Até que ponto é que o dinheiro, independentemente das circunstâncias, se pode sobrepor aos valores que se prendem com o respeito pela dignidade da vida humana e com os princípios orientadores de uma democracia europeia?

Estas questões têm vindo a ser colocadas por diversos investigadores, como, entre outros, Renata Pisu, na sua obra *China: A Escalada do Dragão* (cujo título inspirou o da presente dissertação). A autora interroga-se sobre o que aparenta ser uma relação paradoxal entre um país comunista, que não defende os direitos humanos e que mantém relações comerciais, financeiras e políticas com países liberais:

A China tem sido uma entidade fluida, por vezes dominadora de outros povos, por vezes dominada por eles. Hoje é um império, não no sentido de pretender conquistar o mundo ou controlá-lo, mas na medida em que se apropriou de uma ideia imperial reinventando uma autocracia com dois mil e quinhentos anos. Como pode esta estrutura conviver e prosperar com o liberalismo, propondo-o unicamente como liberalismo de mercado? Por outro lado, mesmo no Ocidente, o liberalismo, que já teve a sua época de ouro, está a sucumbir, vítima das forças geradas

pelo desenvolvimento – este desenvolvimento que conhecemos e que actualmente atingiu a sua aberração (Pisu, 2006, p. 264).

2. A República Popular da China

Shan gao huangdi yuan

[As montanhas são altas e o imperador está longe]

Provérbio tradicional chinês

2.1. A cultura chinesa: Confucionismo, Taoísmo e Budismo

Existem três grandes correntes religiosas e filosóficas na RPC, as quais possuem uma importância fulcral na cultura empresarial chinesa e no desenvolvimento dos negócios, bem como um papel preponderante na sociedade chinesa, são eles o Confucionismo, o Taoísmo e o Budismo¹. A propósito destas correntes religiosas (e do grau de profundidade com que estão enraizadas na cultura chinesa), atente-se no seguinte ditado chinês: «todo o chinês é taoísta em casa, confucionista na rua e budista na hora da morte» (Botelho, 2016).

Quanto ao Confucionismo, sistema filosófico chinês criado por Confúcio (551 a.C.-497 a.C.), é definido pela docente e eminente sinóloga, Dora Martins, da seguinte forma:

O confucionismo é uma teoria que, tendo surgido num período de fortes convulsões políticas e sociais, só chegou à categoria de doutrina política pela mão do imperador Wudi. Contudo, ao longo da longa História da Civilização Chinesa, estes princípios sempre serviram de base ao relacionamento entre as pessoas, a nível do núcleo familiar, depois em sociedade e, numa escala maior, dentro do Estado e mesmo nas relações entre diferentes Estados. Mesmo apesar dos ataques de que foi alvo, especialmente durante o período da Revolução Cultural Chinesa, valores como *ren*, *xiao* e *li* permaneceram inalterados e inabalavelmente como directores da vida em sociedade. (Martins, 2003, p. 51).

¹ Esta dissertação debruça-se apenas sobre estas três correntes religiosas e filosóficas, apesar de o PCC ter divulgado, em 1982, no «Documento 19», que reconhece apenas cinco religiões, nomeadamente: Budismo, Taoísmo, Islamismo, Catolicismo e Protestantismo (cf. Vaz-Pinto, 2008: p. 75). O Confucionismo é assim encarado como uma escola de pensamento do que propriamente uma religião.

O Confucionismo, considerado uma filosofia que comporta uma ética social, uma ideologia política, uma tradição literária e ainda um modo de vida, visa o aperfeiçoamento do Homem dentro de uma sociedade (cf. Martins, 2004, pp. 1027-1090). O pensamento confuciano consiste fundamentalmente numa questão ética que está inteiramente ao serviço da política (cf. Chow Yih-Ching, 1956, *apud* Martins, 2004, pp. 1027-1090). O mesmo defende o professor de religião chinesa Xinzhong Yao que sublinha a dimensão moral no Confucionismo, visto que este pode ser definido como uma forma de ética (cf. Yao, 2000, p. 32).

Dora Martins, através do pensamento confuciano, afirma que «a harmonia das relações familiares não se cinge ao interior da casa que habita a família mas ultrapassa essas pequenas barreiras físicas, abarcando outras famílias, o que promove a estabilidade da sociedade» (Martins, 2004, pp. 1027-1090). Também nesta perspetiva a sinóloga francesa Anne Cheng afirma que «mais que um homem ou que um pensador, e mesmo mais que uma escola de pensamento, Confúcio representa um verdadeiro fenómeno cultural que se confunde com o destino de toda a civilização chinesa» (Cheng, 1997, p. 55).

Os ensinamentos de Confúcio, como explica Cheng, estão centrados, sobretudo, num ideal prático e político, até porque o filósofo chinês dedicou diversos parágrafos à arte de governar (cf. Cheng, 1991, p. 18). Cheng afirma, ainda, que «uma das principais características do pensamento confuciano é a preponderância atribuída ao amor filial, que constitui já uma atitude política» (Cheng, 1991, p. 21). O pensamento confuciano também defendia que qualquer pessoa, independentemente da sua origem social ou étnica deveria ter acesso à educação. A educação, na visão de Confúcio, deveria, por conseguinte, ser encarada como algo essencial e factual, para que o poder político colocasse as «pessoas educadas nos lugares de chefia» (cf. Martins, 2003, p. 51), visto que os governantes ao adotarem princípios como a promoção da educação, a escolha dos funcionários mais qualificados para os cargos públicos e a obediência às chefias, estariam a pôr em prática toda a ideologia confucionista no poder político (cf. *ibid.*).

A importância do Confucionismo na sociedade e na política chinesa hodierna é interpretada por Dora Martins nos seguintes termos:

Muitos dos princípios base da ideologia comunista estão em conformidade com os valores tradicionais chineses, nomeadamente os valores confucionistas, e poder-se-ia mesmo dizer que algumas medidas tomadas pelo governo chinês são confucionistas na génese (Martins, 2003, p. 1).

Ainda de acordo com a teoria confucionista, o Imperador encontra-se no topo, em seguida os académicos e os funcionários da administração, caso estes sejam aprovados nos exames de acordo com a «meritocracia estabelecida por Confúcio» (Mendes, 2015, p. 437). Abaixo, nesta hierarquia, encontram-se os camponeses, já que estes alimentam a população, os artesãos e, no fim, os comerciantes (que detêm o dinheiro do povo), assim como os soldados que apenas recorrem à violência (cf. *ibid.*). Facto idêntico é visível na perceção que a China tem perante a sociedade internacional, ou seja, a China é a cultura que se encontra no topo, correspondendo ao Imperador, e está rodeado por países vizinhos (Coreia do Norte, Vietname, Japão e outros países asiáticos) que bebem da cultura chinesa, ou seja, são considerados súbditos do Imperador. Portanto, a China assume desta forma que possui uma cultura mais civilizada do que a cultura ocidental (cf. *ibid.*).

Apesar de o Confucionismo, Taoismo e o Budismo estarem hoje fortemente enraizados na cultura chinesa, foi Deng Xiaoping (1904-1997), o ex-líder político da RPC entre 1978 e 1992 e secretário-geral do PPC no mesmo período, que permitiu, por um lado, que estas tradições filosóficas e religiosas não teístas fossem revitalizadas, visto que haviam sido proibidas na era maoísta por serem consideradas uma herança dos tempos feudais. Aliás, O «Documento 19» proíbe explicitamente todos os membros do PCC de serem crentes ou participarem em atividades religiosas (cf. Vaz-Pinto, 2008, pp. 74-75). De acordo com a mesma autora, o «Documento 19», como o próprio nome indica, é um documento com diversas regras políticas dirigidas aos membros do PCC, onde se

constata uma clara proibição, aos referidos membros, na participação em cerimónias ou atividades religiosas (cf. *ibid.*).

Na opinião de Dora Martins, as entidades oficiais chinesas continuarão a promover os princípios confucionistas enquanto estes servirem os propósitos do governo chinês, ou seja, a promoção do desenvolvimento económico, até porque o confucionismo ajuda a manter a estabilidade do comunismo e o comunismo promove a expansão do confucionismo (cf. Martins, 2003, pp. 51-52).

O modelo familiar chinês, segundo a ideologia confuciana, aplicado às relações sociais, permite a existência de uma hierarquia que favorece a consistência do Estado chinês (cf. *ibid.*, 2003, p. 8).

No que concerne ao Taoismo, foi na época Han que se encontraram as primeiras referências à escola e aos ensinamentos taoistas, através de escritos atribuídos a dois mestres do século IV a.C.: Laozi (Lao-Tseu) e Zhuang Zhou. No entanto, é essencial compreender que antes da época Han, mais propriamente na segunda fase da dinastia Zhou, a instabilidade da China favoreceu a reflexão e a criatividade, dando origem ao período das 100 escolas² (cf. Bianchi, 2009, p. 10).

O Taoismo é uma tradição filosófica e religiosa oriunda do Leste Asiático que enfatiza a vida em harmonia com o Tao (romanizado atualmente como «Dao»), que significa «caminho», «via» ou «princípio». Smith sublinha que, enquanto o Confucionismo enfatiza a responsabilidade social, o Taoismo exalta a espontaneidade do ser humano e tudo o que o transcende (cf. 2007, pp. 116-117). Aliás, uma das principais características do Taoísmo é a noção de relatividade de todos os valores e a identidade dos opostos. Esta noção remete, por exemplo, para o significado das energias opostas designadas por *yin* e *yang*, cuja polaridade caracteriza as oposições básicas da vida (bom/mau; ativo/passivo; positivo/negativo; masculino/feminino; branco/negro; verão/inverno, entre outros). Estes opostos complementam-se e equilibram-se, num processo cíclico (cf. Smith, 2007, p. 113).

No Taoismo também é possível verificar a importância da educação nas relações humanas, visto que estas se baseavam, sobretudo, na virtude e na

² O período das 100 escolas refere-se ao vasto pensamento e criação no séc. VI a.C. originando uma enorme produção literária. Destas 100 escolas estão inseridas o Confucionismo, Taoismo e o Legalismo.

piedade familiar. De salientar que, segundo o Taoísmo, as relações humanas se resumem a cinco princípios, nomeadamente: relação entre pai e filho; relação entre soberano e súbdito; relação entre marido e esposa; relação entre irmão mais velho e irmão mais novo e, por fim, a relação entre amigos (cf. Martins, 2003, p. 15). No Taoísmo, o principal dever dos homens é honrar os seus pais e ter filhos do sexo masculino para assegurar a continuação do culto dos antepassados (cf. *ibid.*). Visto que a ordem social depende das virtudes familiares, a arte de governar (também aplicável às organizações) é simultaneamente aristocrática e paternalista (cf. *ibid.*).

Quanto ao Budismo, esta corrente filosófica e religiosa surge na China no período da dinastia Han, no século I a.C., embora não se coloca de parte que o Budismo tenha sido enraizado na China de forma gradual e através da Rota da Seda, tanto por terra como por mar (cf. Gelber, 2008). Na China, o Budismo é uma religião organizada, com cerca de 100 milhões de seguidores, sobretudo ligados à tradição Mahayana (Vaz-Pinto, 2008, p. 76). Porém, apesar de a RPC ter vários seguidores do Budismo, o Governo Chinês apenas considera válidas as atividades budistas que são «representadas pela Associação Budista da China» (*ibid.*).

Como fora referido no início deste capítulo, a sociedade chinesa tem profundas raízes na filosofia confucionista, taoista e budista. Esta herança cultural reflete-se também na filosofia praticada pelas empresas chinesas, visto que os chineses procuram no Confucionismo a autodisciplina enfatizada no trabalho árduo, através do Taoísmo procuram a relação do homem com a natureza e no Budismo a pacificidade nas relações humanas (cf. Li, 1996, p. 46, *apud* Queiroz, 2013, pp. 7-8). Também Alice Parlett defende que existe uma forte influência dos valores confucionistas, taoistas e budistas na cultura de negócios da China (cf. Parlett, 2015).

2.2. A China hodierna

Quando a China despertar, o mundo tremerá.

Napoleão

2.2.1. Regime político

Para se compreender o atual regime político da China, é pertinente referir alguns aspetos políticos pelos quais a China passou nos últimos dois séculos. A título de exemplo, quando em 1840 a Grã-Bretanha saiu vitoriosa na Guerra do Ópio, a China viu-se ocupada por forças estrangeiras em Hong Kong, devido à assinatura do tratado de Nanquim e à imposição de direitos de extraterritorialidade, (cf. Mendes, 2015, p. 439). Na realidade, no séc. XIX, a China sofreu um declínio na sua hegemonia imperial com as duas «Guerras do Ópio». Seguiram-se várias invasões ocidentais e as derrotas na Guerra Sino-Francesa (1883-1885). «Em Junho de 1885, a China teve de aceitar um tratado pelo qual reconhecia a soberania francesa sobre Tonquim» (Gelber, 2008, pp. 270-271). Entre 1860 a 1870 grande parte do ópio que existia na China era cultivado na própria China, sendo que em 1900 contabilizaram-se cerca de 40 milhões de chineses a consumirem ópio (cf. *ibid.*). Em Julho de 1894 iniciaram-se confrontos entre a China e o Japão. O Japão, com a sua capacidade bélica, destruiu os exércitos e as esquadras navais, e «em abril de 1895, pelo Tratado de Shimonoseki, a China desistiu da Formosa, das ilhas Pescadores e da Península de Liaotung – que eram as chaves estratégicas do Norte da China» (Gelber, 2008, p. 276).

Só em 1912 é que a China é proclamada de «República da China» pelo dirigente do Partido Nacionalista Sun Yat-Sen. O último imperador, Pu Yi, foi assim forçado abdicar do seu título de imperador (cf. Mendes, 2015, pp. 441-442). Em 1937, a China é invadida pelos japoneses e em 1945 dá-se início a uma Guerra Civil entre os nacionalistas liderados por Chiang Kai-Shek e os comunistas comandados por Mao Tsé-Tung, que terminará apenas em 1949 com a vitória da

fação comunista (cf. *ibid.*). No dia 1 de outubro de 1949, Mao Tsé-Tung proclama a «República Popular da China» e Chiang Kai-Shek exila-se em Taiwan (cf. *ibid.*). Mais tarde, durante a Guerra Fria, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a República da China (Taiwan) como governo legítimo de toda a China. O governo de Mao é contudo viabilizado em Pequim com os votos das novas nações independentes africanas, que tinham sido apoiadas por Mao nas lutas que haviam travado pela independência. Não obstante os EUA continuaram a manifestar o seu apoio a Taiwan, criando assim um grande desconforto nas relações bilaterais entre a RPC e os EUA (cf. *ibid.*).

Gao Wenqian³ (1953*) foi o biógrafo oficial do político chinês Chu En-lai (Gao Wenqian também contribuiu para a versão oficial da biografia de Mao Tsé-Tung), e afirma que Chu En-lai⁴, quando foi Primeiro-ministro da RPC entre 1949 e 1976, é visto pelo PCC como uma figura de Estado que protegeu o povo chinês durante a Revolução Cultural. Aliás, Chu En-lai, nesse período, «representara na perfeição o importante papel de servidor indispensável, para grande desagrado de Mao, o seu senhor» (Wenqian, 2006, p. 19). Gao Wenqian prossegue na biografia de Chu En-lai que o «génio de Chu para a abnegação e o modo destro e sagaz com que resolvia alguma situação embaraçosa incomodavam Mao, o senhor, e feriam o seu orgulho» (*ibid.*). Desta forma, Chu En-lai era visto como um mestre de tática política, qualidade que Mao não apreciava mas que o obrigava, de certa forma, a depender desta sua característica na tomada de decisões (cf. *ibid.*). Perante estes factos, desde 1949, tem existido uma particularidade na política externa da China, como assevera Dora Martins:

Enquanto Mao Tsé-Tung defendia que a China nunca devia procurar a hegemonia, Chou En-lai sugeriu a coexistência pacífica como guia para o relacionamento com o exterior, através dos cinco princípios: o respeito pela soberania e integridade territorial, a não-agressão mútua, a não-interferência nos assuntos internos, a igualdade e o benefício mútuo, e a coexistência pacífica. (Martins, 2006, pp. 42-43).

³ Gao Wenqian realizou a biografia de Chu En-lai, esta foi lançada pela editora Pedra da Lua, em dezembro de 2006, intitulada «Chu En-Lai, O Último Revolucionário Perfeito - Uma Biografia».

⁴ Diversa bibliografia identifica o político chinês como Chu En-lai, Chou En-lai ou Zhou Enlai.

Já Carmen Mendes afirma que Mao Tsé-Tung «refutou os princípios hierárquicos confucionistas em troca do igualitarismo, não só em termos de construção da sociedade ideal mas também no plano internacional.» (Mendes, 2015, pp. 438) No entanto, durante a sua governação, Mao Tsé-Tung tentou impor a sua perspetiva do marxismo-leninismo aos países do chamado Terceiro Mundo, uma atitude que provocou um confronto ideológico com a então poderosa União Soviética (cf. *ibid.*). Apesar de durante a década de 1950 a URSS ter vendido inúmeras armas à China, que tinham sobrada da Segunda Guerra Mundial, e ter contribuído para a industrialização da China, a rutura entre a China e a URSS surge quando Mao Tsé-Tung deixa de servir o governo de Nikita Khrushchev (cf. Wenqian, 2006, p. 21). Mao percebeu que a China estaria em desvantagem com um sistema de vassalagem, então, estrategicamente, «responde com a Teoria dos Três Mundos, criando um terceiro pólo: uma China unida ao Terceiro Mundo, disputando no terreno a hegemonia soviética na liderança do Movimento Comunista Internacional» (Mendes, 2015, p. 438).

Entre 1966 e 1976, assistiu-se à Revolução Cultural, uma sublevação que «provocou uma onda de destruição de tudo o que era tradicional, religioso e cultural, tendo marcado toda uma geração», já que o «desastre do Grande Salto em Frente culminou com a morte de 20 a 30 milhões de pessoas» (Vaz-Pinto, 2010, p. 32). Em 1966, o caos em Pequim estimulado pelos guardas vermelhos da Revolução Cultural só terminará com a morte de Mao Tsé-Tung em 1976. Em 1978, Deng Xiaoping é nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército Popular de Libertação (cf. Mendes, 2015, pp. 443-444).

O regime político da China hodierna começa precisamente em 1976 com a morte de Mao Tsé-Tung e com a conquista de poder político por parte de Deng Xiaoping, em 1978. Este realizou diversas reformas jurídicas⁵ que permitiram a abertura da China ao crescimento económico (cf. Vaz-Pinto, 2008, p. 73). De facto, Deng Xiaoping trouxe mudanças significativas à política chinesa, no seu período governativo, com o intuito da RPC estabelecer uma estratégia de crescimento económico. O pragmatismo que trouxe à política reformista foi visível

⁵ Em 1979 foram elaborados o Código Penal e o Código de Processo Penal Comunista Chinês. Mais tarde, em 1982, foi elaborada a última Constituição da China, que ainda está em vigor (cf. Vaz-Pinto, 2008, p. 73).

nas suas declarações, proferindo, por exemplo, de que a economia de mercado era boa e que não se importaria se um gato fosse preto ou branco, desde que este caçasse ratos (cf. Sandschneider, 2005, p. 12). Apesar de ter iniciado diversas reformas na China ao nível da criação das «Zonas Económicas Especiais» (designadamente a substituição das subvenções do Estado por empréstimos bancários e a permissão para que as cidades costeiras atraíssem investimento externo), o apelidado «pequeno timoneiro» não permitiu que a modernização política procedesse à económica como aconteceu com a Perestroika soviética (cf. Mendes, 2015, pp. 443-444).

Esta circunstância originou um descontentamento geral em relação à repressão, à corrupção e às reformas económicas levadas por diante pelo PCC. Este descontentamento culmina em inícios de junho de 1989, quando Deng Xiaoping ordena que os tanques do exército avancem sobre os manifestantes na praça de Tiananmen, que contestavam as referidas políticas. Como se sabe, este protesto causou centenas de mortes e vários dissidentes políticos foram presos (cf. Mendes, 2015, pp. 443-444).

Presentemente, a RPC continua com a reforma económica iniciada em 1976 com Deng Xiaoping, no sentido de defender a política externa, partindo do princípio de que a mesma só é possível com um «desenvolvimento pacífico» (cf. Vaz-Pinto, 2010, p. 27). Na realidade, o atual sistema político chinês baseia-se sobretudo na «promoção do nacionalismo e na reconstrução da narrativa do Império do Meio» (*ibid.*). Ou seja, para os chineses, o seu país é o centro do mundo, a nação das nações. Não será por acaso que os caracteres da palavra «China» significam «centro» e «Império», daí a designação de «Império do Meio» (cf. Mendes, 2015, p. 436). O «Império do Meio» nunca mostrou particular interesse em partilhar os seus valores civilizacionais com os povos vizinhos, mas apenas em assegurar a sua soberania. Este é um dos fatores que contrasta com a cultura ocidental que sempre procurou expandir a sua forma de pensar aos outros povos, em termos religiosos (Cristianismo), sociais (Direitos Humanos), políticos (Democracia) e económicos (Liberalismo) (cf. *ibid.*, p. 439).

É sabido que a China mantém negócios com inúmeros países do ocidente mas também do oriente, no entanto, esta ainda é vista como um país fechado, com fortes políticas de índole comunista e onde se verifica um apertado controlo sobre o uso da Internet. Se a China, por um lado, mantém relações diplomáticas com vários países democráticos e liberais, por outro, manifesta ter uma ligação especial com os países comunistas. O exemplo mais evidente é a relação de proximidade que mantém com a Coreia do Norte. Porém, independentemente das aproximações políticas e comerciais entre os dois países, a China, ao contrário da Coreia do Norte, «tem contribuído determinantemente para a coexistência entre um regime político autoritário e uma economia aberta» (Magalhães, 2006, p. 99).

Na última década, a RPC mostrou-se ao mundo como um país em franco desenvolvimento e com um forte domínio na alta tecnologia. A China é considerada o motor da economia mundial, apesar de ter um regime político de partido único (cf. Sandschneider, 2005, p. 9).

O atual regime político da RPC detém um enorme poder bélico. Segundo Helena Tecedeiro, num artigo no *Diário de Notícias* (2015), a China é uma superpotência nuclear, desenvolvendo armas nucleares desde 1964. Estima-se que a RPC, liderada por Xi Jinping, possua atualmente cerca de 300 bombas nucleares. A RPC, em 2017, aumentou em 7% o seu orçamento militar, ou seja, gastou em defesa um valor superior a 150 mil milhões de dólares (cf. Martina & Blanchard, 2017). Na realidade, a China possui o maior exército mundial e dispõe do 2.º maior orçamento do mundo para a defesa. Este valor, em termos comparativos, é apenas um quarto do montante disponibilizado pelos EUA, o país com o maior orçamento do mundo para a defesa. Segundo a *BBC News*, a China, em 2017, decidiu aumentar os gastos militares em cerca de 7% (cf. *BBC News*, 2018).

Com o seu vasto território de 9,6 milhões de km², a China é o terceiro maior país a nível mundial, com fronteiras terrestres que se estendem por mais de 22 mil km (cf. Morais, 2006, p. 38). Segundo o sítio *Countrysmeters*, a China

contabilizou, em setembro de 2018, cerca de um bilhão e quatrocentos milhões de pessoas, tendo uma Taxa de Crescimento Populacional (TCP) na ordem dos 0,52%. A título de exemplo, refira-se que Portugal regista apenas pouco mais de dez milhões de habitantes, verificando-se uma TCP negativa, a rondar os -0.45%. A RPC é o país mais populoso do mundo, possuindo aproximadamente um quinto da população mundial, já que esta última ronda cerca de sete bilhões e quinhentos e oitenta e cinco milhões de pessoas.

Segundo o Observatório da Emigração, no relatório «Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2015» (2015, pp. 38-44), baseado nos valores disponibilizados pelo *World Bank, Migration and Remittances Factbook 2011*, a China, em 2010, contabilizava uma população de emigrantes na ordem dos 8,3 milhões, sendo o 4.º país com maior emigração no mundo. Neste relatório também se identifica o México como o país com maior número de emigrantes (11,9 milhões). Portugal encontra-se em 22.º lugar, com cerca de 2,2 milhões de emigrantes espalhados pelo mundo, principalmente com um maior fluxo na Europa.

2.2.1.1. Xi Jinping, Presidente da República Popular da China

O atual Presidente da RPC, Xi Jinping (vd. *infra* Figura 1), é licenciado em Engenharia Química e tem um Doutoramento em Ciências Sociais, enquanto o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, é formado em direito (cf. Cavaleira, 2010, p. 122). A dupla que governa atualmente a RPC, e que pertence à quinta geração, são líderes que nasceram e cresceram na era do maoísmo, no entanto, pertencem a uma geração que estudou fora da China, tendo um contacto mais direto com outras culturas, e que foram subindo na hierarquia do PCC, no pós-maoísmo, na era das reformas de Deng Xiaoping (cf. *ibid.*).

Xi Jinping, além de ser Presidente da RPC também acumula os cargos de Secretário-Geral do PCC⁶ e de diretor da Escola Central do Partido, sendo assim,

⁶ O Partido Comunista Chinês foi fundado em 1921 e governa a China desde 1949, quando Mao Tsé-Tung, que esteve quase três décadas no poder, impôs ao país a ideologia marxista-leninista.

o membro com maior influência no Comité Permanente do Politburo Central do PCC, um órgão que tem o domínio e o controlo do país, já que se trata de uma delegação constituída pelos maiores líderes do PCC, encarregados de defender os interesses políticos, administrativos e comerciais da China (cf. *Globo*, 2017).



Figura 1: Xi Jinping curvado perante a plateia no 19.º congresso do PCC em 2017.
Foto de Jason Lee/Reuters, 2017 (cf. G1, 2017).

De acordo com McCahill (2017, p. 1), no último congresso do PCC, em outubro de 2017, o cânone «Xi Jinping Thought» foi consagrado na constituição do partido, atribuindo ao Presidente da RPC uma autoridade ímpar e incomparável desde a era de Mao Tsé-Tung. Aliás, também a imprensa chinesa fortaleceu o culto em redor de Xi Jinping, algo que só aconteceu na era de Mao Tsé-Tung (cf. *Diário de Notícias*, 2018).

De acordo com uma publicação do *Diário de Notícias*, em fevereiro de 2018, o PCC propôs terminar com o limite de dois mandatos para o cargo de presidente da RPC. Segundo o mesmo periódico, esta medida proporcionará a Xi Jinping reforçar o seu poder não só como presidente da RPC mas também como líder supremo do PCC. Willy Lam, analista político da Universidade Chinesa de Hong Kong, citado pelo *Diário de Notícias* em fevereiro de 2018, afirmou que «Xi Jinping conseguiu finalmente atingir o seu maior objetivo desde que chegou à

política chinesa, que é ser o Mao Tsé-Tung do século XXI» (*Diário de Notícias*, 2018). O mesmo analista refere que existe um perigo ao retirar da Constituição da China a lei que limita a dois mandatos o cargo de presidente, já que na era de Mao Tsé-Tung os erros cometidos foram resultado do «espetáculo de um homem só» (*ibid.*). Opinião semelhante tem Xu Xingdou, comentador político, ao reiterar que a China retirou profundas ilações com as governações de mandatos vitalícios (*ibid.*). Porém, esta medida não é a única proposta feita pelo PCC já que este também sugeriu que se deva incluir o «Pensamento de Xi Jinping na Constituição» da RPC, e desta forma engrandecer Xi Jinping ao mesmo estatuto de Deng Xiaoping e Mao Tsé-Tung (*ibid.*). Na realidade, Xi Jinping, é atualmente o «centro da política chinesa» visto que eclipsou «os outros seis membros do Comité Permanente do Politburo PCC, a cúpula do poder na China» (*ibid.*).

Xi Jinping é considerado o líder político da 5.^a geração (de 2012 até à atualidade), visto que a 1.^a geração teve como líder Mao Zedong (Mao Tsé-Tung), entre 1949 e 1976. O líder político da 2.^a geração foi Deng Xiaoping, entre 1978 e 1992 (promoveu reformas e abertura económica). A 3.^a geração teve como líder Jiang Zemin, entre 1992 e 2002. Já o 4.^o líder foi Hu Jintao, entre 2002 e 2012. Com introdução de uma emenda à Constituição chinesa em março de 2018, que elimina os limites do mandato presidencial, Xi Jinping poderá ficar à frente da China por tempo ilimitado (cf. *Observador*, [via Agência Lusa], 2018).

Segundo a revista *Forbes*, Xi Jinping é a personalidade mais poderosa do mundo. Em 2.^o lugar ficou Vladimir Putin, em 3.^o Donald Trump e em 4.^o lugar Angela Merkel (cf. *Forbes*, 2018). Sobral & Vaz consideram, no *Jornal de Negócios*, que o presidente da RPC é a sétima personalidade mais poderosa na economia portuguesa, dada a presença de capital chinês na EDP, no BCP, na REN, na Fidelidade ou na ES Saúde, assim como no aumento de turistas chineses em Portugal e na consolidação da nova Rota da Seda do séc. XXI, através das recentes ligações aéreas diretas entre os dois países (cf. Sobral/Vaz, 2017). A China está a adquirir a tecnologia destas empresas a um custo relativamente reduzido, tirando partido da crise financeira e da entrada da Troika em Portugal em 2011 (cf. *ibid.*).

Desde 2017 até ao primeiro semestre de 2018, ao nível da política externa, no ocidente constata-se o período de governação de Donald Trump nos EUA, e do *Brexit* na União Europeia, tendo Xi Jinping, enquanto líder da RPC, colocado de lado a discrição e ter começado a «participar na governação de questões globais» as quais «desafiam certezas antigas da geopolítica internacional» (*Diário de Notícias*, 2018).

2.2.1.2. Sistema de partido único

O regime político chinês tem sido descrito como totalitário e autocrático, na medida em que assenta no sistema de partido único. A China alega que o seu sistema político constitui uma república democrática representativa, ou seja, o Presidente da República é o chefe de Estado e o Primeiro-Ministro é o chefe de Governo de um sistema multipartidário. Verifica-se, todavia, que na China vigora um regime fechado, com uma base ideológica comunista.

Sádiya Munir, na sua obra «A Metamorfose do Partido Comunista da China» (2013), sublinha que a China não partilha as mesmas variáveis económicas e internacionais do antigo Bloco Soviético, mas possui as mesmas características políticas, sociais, culturais e coercivas da ex-URSS (cf. Munir, 2013, p. 151).

Visto que o PCC mantém-se no poder desde 1949, é imperativo que os níveis de crescimento económico se mantenham, até porque os referidos níveis permitem «alimentar o nacionalismo» assim como «legitimar a presença do PCC no poder» (Mendes, 2015, pp. 446-447). A sobrevivência do PCC também passa pelas autoridades chinesas, já que estas defendem um regime de partido único, desta forma é evitado a fragmentação territorial e propagandeia-se «a ausência de alternativa ao Partido Comunista Chinês» (*ibid.*). Opinião semelhante tem Cavallera quando refere na obra *República imPopular da China* que o PCC não tem oposição com «dimensões unitárias e de massas» (Cavallera, 2010, pág. 172), aludindo, ainda, o crescente aumento de filiados ao PCC e que a sua

«classe dirigente, nos níveis superiores, é composta por homens com boa formação, licenciados e com mestrado» (*ibid.*). No entanto, a credibilidade política destes «homens com boa formação» é frágil e só o facto de serem militantes do PCC confere um certo poder já que o «cartão de militante é necessário para a carreira, para se obter um posto de trabalho, [...] para se ganhar uma empreitada, para abrir uma fábrica e manter à distância as inspecções sobre a segurança» (*ibid.*).

A governação chinesa pretenderá também «garantir a manutenção dos níveis de crescimento económico que, por sua vez, têm ajudado a alimentar o nacionalismo e, conseqüentemente a legitimar a presença do PCC no poder» (Cavalera, 2010, p. 447). Não é por acaso que Xi Jinping, no discurso que proferiu no 19.º Congresso Nacional do PCC, a 18 de outubro de 2017, referiu que a força do PCC, ao exercer a liderança no país, tem conseguido progressos no reforço da democracia socialista e na aplicação rigorosa da lei:

We have actively developed socialist democracy and advanced law-based governance. We have stepped up institution building across the board to make integrated advances in Party leadership, the running of the country by the people, and law-based governance; and we have continuously improved the institutions and mechanisms by which the Party exercises leadership. Steady progress has been made in enhancing socialist democracy; intraparty democracy has been expanded, and socialist consultative democracy is flourishing. The patriotic united front has been consolidated and developed, and new approaches have been adopted for work related to ethnic and religious affairs. Further progress has been made in ensuring our legislation is sound, law enforcement is strict, the administration of justice is impartial, and the law is observed by everyone. Our efforts to build a country, government, and society based on the rule of law have been mutually reinforcing; the system of distinctively Chinese socialist rule of law has been steadily improved; and public awareness of the rule of law has risen markedly. Good progress has been made in piloting the reform of the national supervision system, and effective measures have been taken to reform the system of government administration and the judicial system, and to develop systems to apply checks and oversight over the exercise of power (Xi Jinping, *apud China Daily*, 2017).

O sistema de partido único na RPC tem também os seus benefícios nas relações económicas com o Ocidente. Desde 1991, os países ocidentais privilegiam mais as relações empresariais com o PCC sem questionarem as posições políticas que tem tomado, sobretudo no que concerne à observação dos direitos humanos (cf. Vaz-Pinto, 2010, p. 30).

Na perspetiva de Cavalera (2010, p. 123), o PCC vai controlando o percurso dos que são candidatos a serem dirigentes dentro do partido. Esta espécie de «exame severo» consiste num processo regular de observação sobre a vida pública e privada destes candidatos. Este «exame severo» é de extrema importância para que os candidatos finalistas subam «ao vértice da pirâmide, a Comissão Política e o Conselho de Estado (o executivo), de maneira a que possam entrar, ao lado dos «velhos», nos mecanismos do poder» (cf. Cavalera, 2010, p. 123). Desta forma os novos dirigentes adquirem a experiência necessária para que compreendam o funcionamento das políticas internas e externas com o objetivo de conseguirem «mover-se dentro da teia de aranha dos interesses e dos *lobbies*» (Cavalera, 2010, p. 123).

O PCC tem cerca de 90 milhões de filiados, segundo McCahill (2017, p. 2). Um valor superior, a título de exemplo, à população alemã (perto de 82 milhões), francesa (cerca de 65 milhões) ou à população do Reino Unido (cerca de 66 milhões), de acordo com os valores da Countrymeters em 2018.

O PCC, «mais que um Partido, é uma entidade transversal e onnipresente em todos os cantos da sociedade chinesa» (Cunha, 2013, p. 12), visto que «a democracia chinesa é uma democracia popular sob a liderança do Partido Comunista Chinês» (*ibid.*). A quinta geração de políticos que ascendem ao núcleo do PCC ronda os 64 anos de média etária. No entanto, esta quinta geração apesar de não ter jovens, também não tem políticos inexperientes, visto que estes são tecnocratas conservadores (*ibid.*).

Munir (2013, p. 149), numa análise crítica ao livro «China's Communist Party: Atrophy and Adaptation» de David Shambaugh descreve que o PCC teve uma necessidade de adaptação já que este se encontrava num estado de atrofia. Aliás, a questão inicial que David Shambaugh faz no seu livro é demasiado

pertinente: «porque é que este partido (PCC) sobreviveu, ao contrário de muitos outros partidos comunistas?» (*ibid.*). Ainda de acordo com a perspetiva de Munir (2013, p. 149), existem oito preceitos principais que demonstram o poder de adaptação do PCC, e desta forma explicitam como este sobreviveu e mantém uma política de partido único, estável e coeso, e com cerca de 90 milhões de filiados. Estes preceitos são:

- i) O verdadeiro interesse do PCC, e como sustenta o seu poder;
- ii) A possibilidade de o Partido ser híbrido;
- iii) As economias planificadas e o exemplo da URSS;
- iv) Futuro optimista vs. Futuro pessimista;
- v) A adaptação através da reforma;
- vi) A questão da democracia;
- vii) O «cancro» da corrupção;
- viii) A explicação da atrofia existente. (Munir, 2013, p. 149).

O verdadeiro interesse do PCC, e como sustenta o seu poder» tem como principal objetivo «fortalecer o unipartidarismo» do próprio partido estimulando o crescimento económico da China (*ibid.*, pp. 149-150). A possibilidade de o Partido ser híbrido», demonstra que caso o PCC se mantenha muito tempo no poder irá conseguir um feito inédito, já que tornar-se-á no único partido comunista que percebeu os erros cometidos por outros partidos com a mesma base ideológica o que, por sua vez, optou por adotar práticas de partidos não-comunistas. Exemplo disso é a abertura da economia chinesa ao capital estrangeiro (cf. *ibid.*). Munir também defende que a China aprendeu com o colapso da ex-URSS, não aplicando as mesmas reformas políticas que a ex-URSS usou e que causou o dito colapso, visto que «o colapso de um sistema reside na inflexibilidade do partido com uma ideologia política dogmática, uma economia estagnada e isolada da sociedade internacional» (*ibid.*, pp. 149-151). Por outro lado a China é vista pelos pessimistas como uma «superpotência» económica mas simultaneamente frágil noutros aspetos, enquanto os otimistas consideram que existe um futuro económico extremamente positivo, dada a capacidade de adaptação da China aos novos desafios (cf. *ibid.*). A corrupção também terá de ser combatida, visto tratar-se de um «cancro» para a democracia e que esta deverá ser introduzida

primordialmente «intra-PCC, e só depois estendê-la ao resto da população» (*ibid.*). A China reajustou a dinâmica do PCC através de uma reforma contínua, para que este fosse «simultaneamente, proactivo e reactivo» e desta forma evitar a atrofia existente no seio do PCC visto que o «Partido tem plena consciência das suas vulnerabilidades» (*ibid.*).

2.2.1.3. Constituição da República Popular da China

A RPC publica a sua primeira Constituição em 1954, as seguintes foram publicadas em 1975, 1978 e, por fim, em 1982. Esta última com inúmeras revisões (cf. Cunha, 2016, p. 36). A atual Constituição «estabelece um direito constitucional superior, comum para todo o país, ao mesmo tempo que alberga subsistemas inspirados num direito mais liberal, designadamente as Leis Básicas de Macau e Hong Kong» (*ibid.*, p. 37). Não obstante «o Governo central tem o poder de superintender o exercício do alto grau de autonomia na Região Administrativa Especial de Hong Kong» (*ibid.*). Isto originou a que os movimentos estudantis da RAEHK protestassem «exigindo o cumprimento integral do voto universal em 2017, mas seriam obrigados a admitir por exaustão que na fórmula um país, dois sistemas, o primeiro predomina» (*ibid.*).

Ainda de acordo com Cunha (2016, p. 37) encontra-se na Constituição chinesa «influências liberais do Ocidente, a par da ortodoxia típica dos regimes socialistas», referindo, também, o seguinte:

De acordo com as autoridades chinesas, a actual Constituição garante os direitos fundamentais de todos os cidadãos, incluindo direitos de eleger e de ser eleito; a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião, de associação, de desfiles e de manifestação; a liberdade de crença religiosa; de inviolabilidade da liberdade individual, de dignidade pessoal e de domicílio; a protecção legal da liberdade e inviolabilidade da correspondência; dos direitos de criticar, de apresentar propostas e de supervisionar todos os órgãos estatais e seu pessoal. Porém, [...] a Constituição da República Popular da China transmite a ideia de um Estado onde o primado da lei, os direitos cívicos, e até a democracia, são valores fundamentais, mas essa leitura esbarra com o *statu quo*,

construído à imagem de um sistema autocrático totalmente dominado pelo PCC [...] Mais que um Partido, é uma entidade transversal e onnipresente em todos os cantos da sociedade chinesa (*ibid.*).

Assim, e como se depreende pelas linhas expostas na Constituição chinesa, ao longo de todo o documento, é visível de que a RPC é um «Estado socialista», e «subordinado à ditadura democrático-popular da classe operária» (Constituição da República Popular da China, 1982).

2.2.2. Sistema económico

Nos últimos 30 anos, a China teve uma transformação profunda, isto é, a sociedade chinesa era direcionada para a agricultura, um legado das políticas de Mao Tsé-Tung. Atualmente a China ainda se apresenta como um país rural, no entanto também é detentor de um forte sector industrial, possuindo zonas urbanas em constante crescimento, onde vivem milhões de pessoas e que rivalizam com as grandes metrópoles do Ocidente.

Em 2018 a China continua a ser o maior credor dos EUA. A estratégia económica, financeira, comercial e política da RPC vai muito para além do seu mero papel de credor já que, num espaço de três décadas, a China volta a reemergir como uma das maiores potências económicas globais, sendo a segunda maior economia do mundo, a maior produtora industrial, a maior exportadora (e a segunda maior importadora de mercadorias), o segundo maior destino para o investimento direto estrangeiro, a maior detentora de reservas em moeda estrangeira e a maior credora do mundo (cf. Mah, 2013, p.45).

A RPC aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2000. Desta forma, abriu as portas aos maiores mercados mundiais, atraiu investidores e combateu a hegemonia económica dos EUA (cf. Correia, 2010, p. 8). Anabela Campos & Isabel Vicente, na obra *Negócios da China*, sustentam que a RPC pretende, sem grande pressa, liderar a economia mundial:

A China mantém-se confiante e a investir na expansão da sua influência económica como ninguém. Depois de se ter tornado o maior investidor em títulos de dívida pública dos EUA, de se ter transformado no grande investidor dos países africanos ricos em matéria-prima e numa voz dominante na Ásia, a China está a avançar dentro da Europa. Um longo caminho rumo à liderança da economia mundial». (Campos/Vicente, 2016, p. 27).

Ao longo da sua história, a RPC tem estabelecido múltiplas relações comerciais com outros países, relações essas que têm evoluído nas últimas décadas. Na realidade, a RPC tem investido fortemente em vários setores de negócio em todos os continentes, sendo-lhe atribuído o título de Império «na medida em que se apropriou de uma ideia imperial reinventando uma autocracia com dois mil e quinhentos anos» (Pisu, 2008, p. 264). Para reconstruir o dito Império, a RPC necessita, indubitavelmente, de uma presença forte no Velho Continente. E Portugal parece constituir-se como uma espécie de «cavalo de Tróia» (cf. Campos/Vicente, 2016, p. 84). Os investidores chineses apostaram fortemente em Portugal, principalmente entre 2013 e 2016, numa época em que o país se encontrava mergulhado numa profunda crise financeira. Esta fragilidade permitiu aos investidores chineses terem acesso aos dois principais setores estratégicos do país, nomeadamente o financeiro e o energético, as «áreas mais inacessíveis no coração da Europa» (Campos/Vicente, 2016, p. 84). Ainda de acordo com as autoras da obra *Negócios da China*, estes segmentos de mercado «são setores onde as empresas portuguesas têm um nível de sofisticação elevado» (*ibid.*). Portugal é, portanto, usado pelos investidores chineses «como lugar de aprendizagem das regras regulatórias e do *modus operandi* da gestão europeia, para depois estes, com mais confiança, avançarem para o resto do continente» (*ibid.*).

Segundo o *The Economist Intelligence Unit*, citado pelo *Jornal de Negócios*, a RPC deverá superar os EUA em 2026, transformando-se na maior economia do mundo, uma liderança que deverá manter-se, pelo menos, até 2050 (cf. *Jornal de Negócios*, 2015). Ainda de acordo com a mesma publicação periódica, a soma dos mercados da Indonésia, Alemanha, Japão, Brasil e Reino

Unido será ultrapassada pela junção do Produto Interno Bruto (PIB) da China e da Índia (cf. *ibid.*). Caso se cumpra a referida previsão do *Economist Intelligence Unit*, o continente asiático somará 53% do PIB total da economia mundial (cf. *ibid.*). Este poder económico conquistado pela RPC não poderá ser dissociado do poder económico que este país com uma base ideológica comunista detém através da sua crescente influência financeira em sectores estratégicos ao nível mundial, como sublinha a *Economist Intelligence Unit*.

Presentemente a «China tem um sistema económico e político híbrido: já não é comunismo e também não é o capitalismo que vimos nascer e consolidar-se no Ocidente; não é uma ditadura baseada no culto da personalidade e não é uma democracia» (Cavalera, 2018, pág. 182).

A China é hoje em dia um país totalmente aberto ao investimento direto estrangeiro e ao comércio internacional (cf. Moraes, 2006, p. 38). É visível de que a «China é hoje um país incontornável, com elevadas taxas de crescimento económico e um mercado muito apelativo» (Vaz-Pinto, 2010, p. 26). A RPC tem como política a abertura da sua economia desde 1979 (dez anos antes da queda do Muro de Berlim), visto que a pouca eficácia da economia poderia comprometer a sobrevivência do PCC (cf. *ibid.*, p. 27). A modernização da economia chinesa deu-se com as «Quatro Modernizações», ou seja, a tecnologia, a agricultura, a indústria e a defesa. Apesar de terem sido declaradas por Ezhou Enlai, em 1975, foi Deng Xiaoping que as implementou, proporcionando a entrada de capital e de tecnologia do estrangeiro (*ibid.*). Também ao nível das cooperações militares, como salvaguarda económica, a China faz parte de um grupo criado em 2001 e apelidado de «Xangai 5», ou seja, Organização de Cooperação de Xangai, onde estão incluídos a China, a Rússia, assim como quatro das ex-repúblicas soviéticas, nomeadamente o Uzbequistão, Quirguistão, Cazaquistão e Tajiquistão (cf. Vaz-Pinto, 2010, p. 73). Outra estratégia usada pela China para o desenvolvimento económico consistiu numa aposta na questão energética, já que a RPC se encontra relativamente subdesenvolvida nesta área. Neste âmbito, a China logrou concretizar dois importantes projetos, nomeadamente: «um oleoduto, que traz petróleo do Mar Cáspio através do Cazaquistão, e um

gasoduto, que trás gás natural do Turquemenistão via Uzbequistão e Cazaquistão» (*ibid.*).

As lições que a China aprendeu com a reforma económica russa foram de extrema importância para as reformas económicas empreendidas. A China não seguiu algumas das reformas da antiga União Soviética, como por exemplo a terapia de choque protagonizada por Igor Gaidar (cf. Vaz-Pinto, 2010, p. 75). Igor Gaidar foi primeiro-ministro interino da Rússia em 1992, na presidência de Boris Ieltsin (*Diário de Notícias*, [Via Agência Lusa], 2009). Gaidar ficou conhecido pela política de terapia de choque, ou seja, este, enquanto economista, defendia «a transição da economia russa “do plano para o mercado” (...) obrigando os russos a darem um salto brusco da economia planificada para a economia de mercado» (*ibid.*).

O sistema económico chinês também tem privilegiado as relações económicas com África, usando supostamente subornos para conquistar diversos mercados no continente africano:

Many Chinese companies, however, still prefer to bribe local officials, to give support, tacit or overt, to African dictators and to apply different labour laws in the bid to win markets. There has been some cultural dialogue – the Chinese seem to have substituted a new doctrine of ‘creative intervention’ for their previous doctrine of non-intervention. But this is a long way from cosmopolitanism; indeed, one could even argue that in the last decade, Asians have become its loudest critics. (Coker, 2011, p. 6).

2.2.3. A Nova Rota da Seda

Entre a China e o Mar Mediterrâneo existia uma via comercial que era conhecida como a «Rota da Seda». No Séc. VI a. C., a China começou a exportar seda para a Índia e posteriormente para o Próximo Oriente. O apogeu deste tipo de comércio deu-se sobretudo na dinastia Wu-ti (140-186 d.C.) e entrou em declínio nos séculos seguintes devido às crispações que se verificaram na Ásia

Central com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama (cf. Mendonça, 2016, p. 124).

Hoje, a nova via comercial – que pretende ser igualmente cultural – é conhecida como a «Nova Rota da Seda», (denominada *Uma Faixa, Uma Rota* (vd. *infra* Figura 2)), e integra um trajeto terrestre e outro marítimo, correspondendo a um enorme plano de infraestruturas que envolverá ligações rodoviárias, ferroviárias e portuárias (cf. Larguesa, 2017).

Segundo o sinólogo Paulo Duarte, investigador convidado na Universidade Cheng-chi (Taipé), com a criação da Nova Rota da Seda, a RPC pretende «encontrar novos mercados, reduzir as assimetrias de desenvolvimento entre as suas províncias costeiras e o interior pobre» (Duarte, 2017, p. 44). Na opinião deste investigador, a ligação desta rota entre a Ásia e a Europa visa incentivar as exportações dos produtos chineses e ao mesmo tempo atrair o investimento estrangeiro no mercado chinês (cf. *ibid.*). Subjacente à Nova Rota da Seda estaria ainda a intenção de criar uma complementaridade quer ao transporte aéreo (visto que o mesmo se revela demasiado dispendioso), quer ao transporte marítimo, já que este último é bastante moroso (cf. *ibid.*, p. 45). Segundo o mesmo sinólogo, a RPC não pretende apenas que a Nova Rota da Seda ligue a Ásia à Europa, mas também, a longo prazo, que se criem ligações entre a China e a América do Norte, assim como uma ligação entre o oceano Pacífico e o oceano Atlântico (cf. *ibid.*, p. 46). As múltiplas ligações que a Nova Rota da Seda irá proporcionar vai permitir à China com que esta se torne numa «mega cidade» com ligações a todo o mundo (cf. *ibid.*).

Enquanto projeto, a Nova Rota da Seda pretende abranger cerca de 4,4 mil milhões de pessoas, ou seja, cerca de 63% da população mundial (cf. Duarte, 2016, p. 44). Em maio de 2017, o semanário *Expresso* anunciava que Xi Jinping iria investir cerca de 124 mil milhões de dólares em infraestruturas, no âmbito da Nova Rota da Seda, com o intuito de promover relações comerciais (cf. *Expresso*, 2017a). Não terá sido por acaso que Xi Jinping fez o anúncio daquele investimento, em 2017, perante os líderes de 29 países, na abertura do Fórum de Cooperação Internacional: «Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota

Marítima da Seda para o Século XXI». Xi Jinping tentou antecipar críticas à Nova Rota da Seda, enfatizando o seguinte: «Não temos intenção de interferir nos assuntos de outros países, de exportar o nosso sistema social ou de impor a nossa vontade» (*apud Diário de Notícias*, [via Agência Lusa], 2017). No mesmo Fórum foi ainda anunciada a disponibilização, por dois bancos chineses, de 50 mil milhões de euros para empréstimos a países que necessitassem de recorrer a fundos para participar neste projeto chinês (cf. *ibid.*).

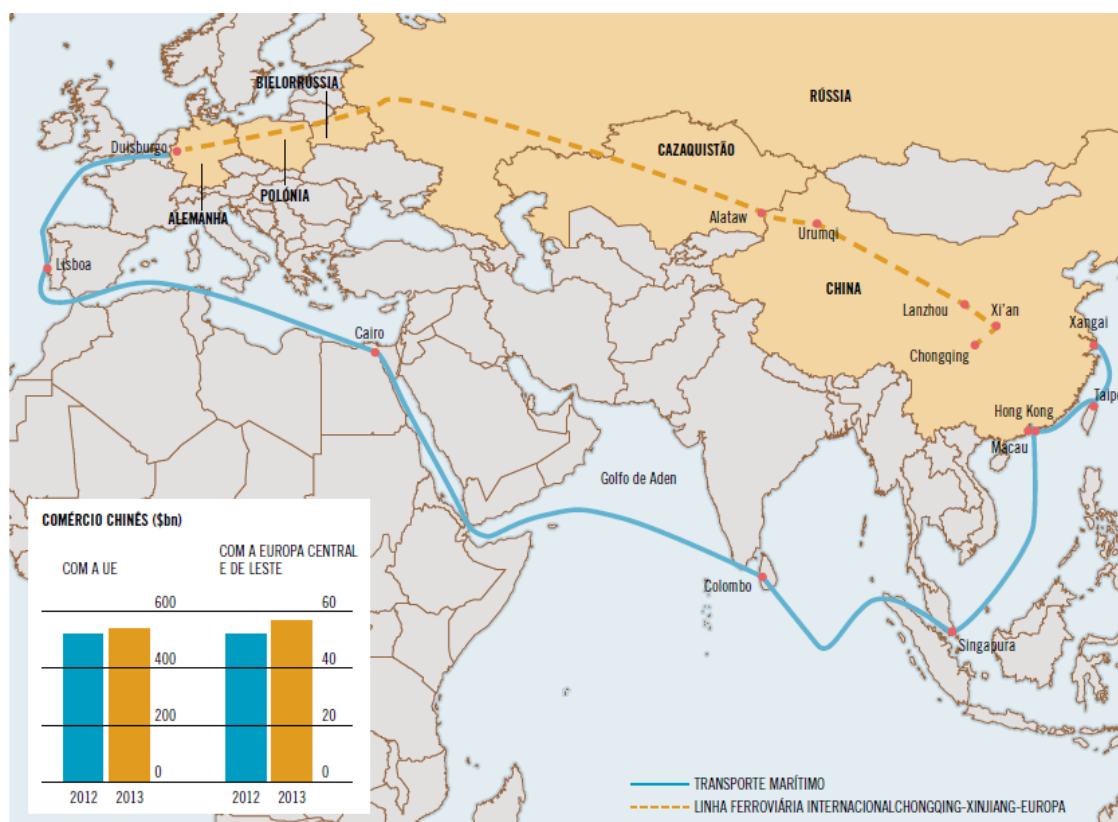


Figura 2: A Nova Rota da Seda *Uma Faixa Uma Rota* (por mar e terra).

Fonte: Mendonça, 2015-2016, p. 125.

Segundo Larguesa (2017), algumas das notícias que têm vindo a lume na imprensa internacional acusam a RPC de procurar «criar uma esfera de influência geopolítica na Ásia e em África» e posteriormente na Europa (cf. Larguesa, 2017). O Japão e a Índia defendem, por exemplo, que o plano da Nova Rota da Seda apenas mascara a exploração de ativos estratégicos e de ambições geopolíticas

(*apud* Larguesa, 2017). Diversos diplomatas ocidentais e analistas internacionais consideram igualmente que a Nova Rota da Seda não passa de uma estratégia da RPC para alargar e promover a sua preponderância a nível global, procurando criar uma esfera de influência geopolítica não só na Ásia, onde já exerce uma forte ação sobre as nações vizinhas ao nível económico e cultural, mas também em África (*apud* Larguesa, 2017).

O porto de Sines poderá, brevemente, fazer parte da Nova Rota da Seda e isto parece ter de facto implicações comerciais e políticas para Portugal. Curiosamente, Jorge Oliveira Costa, ex-Secretário de Estado da Internacionalização, afirmou recentemente que, para incluir Sines como «ponto de encontro» na rota terrestre e atlântica, é necessário que Portugal desenvolva uma linha ferroviária com características que «potencie o escoamento de mercadorias na direção do centro da Europa», considerando que a Nova Rota da Seda constitui um projeto internacional e não um «Plano Marshall chinês» (cf. *Diário de Notícias*, 2017).

Também do documento «Visão e ações para promover a construção conjunta da faixa económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do século XXI⁷» (2015) ressuma a importância da Nova Rota da Seda na Europa:

Atualmente, a economia chinesa e a economia mundial estão fortemente interligadas. A China vai persistir como sempre na política fundamental do estado de abertura ao exterior, fomentar uma nova configuração de abertura em todas as suas vertentes e integrar-se mais aprofundadamente no sistema económico mundial. A promoção da construção de “Uma Faixa e Uma Rota” é uma necessidade da China para expandir e aprofundar a sua abertura ao exterior e também, a necessidade de reforçar a cooperação baseada no princípio de benefício mútuo com os países da Ásia, Europa e África, assim como com os outros países do mundo. A China tem toda a vontade de assumir mais responsabilidade e deveres dentro do alcance das suas capacidades e dar um maior contributo para o desenvolvimento pacífico da humanidade. (Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China, 2015, pág. 6).

⁷ Este documento, sob a forma de uma brochura, fez parte integrante da exposição da iniciativa «uma Faixa, uma Rota» inaugurada no Átrio da Reitoria da Universidade de Aveiro, no dia 25 de Setembro de 2018, uma organização da Universidade de Aveiro, da Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério do Comércio chineses.

O mesmo documento explica a importância da cooperação dos vários países que estão ao longo da «Faixa e Rota da Seda», visto que os benefícios serão mútuos, já que o objetivo primordial da Nova Rota da Seda será estabelecer uma «rede de zonas de livre comércio com padrões elevados, estreitar mais contatos económicos e aprofundar a confiança política mútua, ampliar e intensificar o intercâmbio humano e cultural» (Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China, 2015, pág. 9).

A Ministra do Mar Ana Paula Vitorino, em entrevista ao semanário *Expresso* (2018), referia que a China tem manifestado interesse em utilizar Sines na Nova Rota da Seda, e que este porto poderá fazer parte do cruzamento das rotas marítimas, dada a centralidade de Portugal no Atlântico. Também Jorge Rocha de Matos, presidente da Fundação AIP (Associação Industrial Portuguesa), em afirmações ao mesmo jornal, afirmava que «Portugal tem condições de afirmar a sua centralidade no contexto desta nova fase da globalização e pode e deve tirar partido desta iniciativa chinesa» (*apud Expresso Economia*, 2018), considerando que «o país tem “um colar de pérolas” – desde os portos continentais de águas profundas, com destaque para Sines, aos Açores e à Zona Económica Exclusiva atual, que já é a terceira maior da União Europeia» (*apud ibid.*). Na realidade, e de acordo com o *Expresso* (Economia), 8% da movimentação de contentores no porto de Sines provêm da China (cf. *Expresso Economia*, 2018).

2.2.4. Direitos humanos

Nas últimas décadas têm-se verificado na China manifestos atropelos a diversas vertentes dos direitos humanos dos quais os meios de comunicação se têm feito eco. Na realidade, os factos demonstram que a China não cumpre a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Muito embora se tenha mostrado disposta a participar na elaboração da referida Declaração, a China continuou a violar os direitos humanos (cf. Cabrita 2015, p.11). No entanto, a Constituição chinesa «não contempla a existência de um Tribunal Constitucional, órgão

responsável pelo cumprimento da lei primordial e que também está, por norma, habilitado a mediar litigações diversas» (Cunha, 2016, p. 37). A própria Constituição chinesa não deixa de ser reveladora a este nível:

O centralismo democrático de inspiração leninista, consagrado na Constituição chinesa, significa que as iniciativas oriundas de uma cúpula dirigista e moralizante não podem ser lidas à luz dos modelos constitucionalistas em vigor no Ocidente [...] [esta é] a tônica mais distintiva da lei fundamental chinesa, que rejeita liminarmente a divisão de poderes e a democracia parlamentar (*ibid.*).

A este propósito, Vaz-Pinto (2008, p. 72) formula uma questão pertinente: «como é que podemos caracterizar a abordagem da RPC [aos direitos humanos], tendo em conta que esta não participou nem na elaboração da Declaração Universal nem do Pacto dos Direitos Cíveis e Políticos?». Na realidade, o Governo chinês assinou, em 1998, o Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos, mas essa assinatura revela uma ambiguidade:

Se, por um lado, a assinatura deste pacto implica que o Governo chinês o reconhece como um quadro de referência, por outro, os direitos consagrados neste documento internacional excedem claramente os da Constituição chinesa e colidem com as práticas de um regime ditatorial, considerado um dos países menos livres do mundo (*ibid.*).

Similar perspetiva tem Carmen Amado Mendes, investigadora e membro da direção da European Association for Chinese Studies, que considera que o comportamento do Ocidente em relação a determinadas questões que a China considera como assuntos de Estado influencia fortemente a política externa chinesa, ao ponto de ser um fator exógeno (cf. Mendes, 2015, p. 455).

Com o alegado intuito de reduzir e de controlar o crescimento da população e de facilitar o acesso desta a um sistema de saúde e de educação de qualidade, o governo da RPC decidiu, em 1979, implementar a Política do Filho

Único⁸. De acordo com a Lei do Filho Único, qualquer casal era proibido de ter mais do que um filho, sendo os prevaricadores punidos com pesadas multas e obrigados a abortar, exceto no caso de uma gravidez de gémeos. Esta Lei previa contudo algumas exceções, principalmente nas localidades rurais onde prevaleciam as minorias étnicas e a mão-de-obra era imperativa para a agricultura (cf. Bueno, 2017, p. 3). Sandel também afirma que um segundo filho era apenas permitido aos casais que vivessem nas zonas remotas e rurais, caso o primeiro filho fosse do sexo feminino (cf. Sandel, 2015, pp. 77-78). Já os restantes casais, independentemente da zona onde residissem, só poderiam ter um segundo filho mediante o pagamento de uma coima (cf. *ibid.*). Apesar da referida multa variar nas várias regiões da China, a mesma atingiu valores superiores a 200 mil *yuans* (cerca de 23 mil euros), valor apenas suportável por milionários (cf. *ibid.*).

Visto que a sociedade chinesa tem, há vários séculos, uma preferência pelo nascimento de filhos do sexo masculino, houve incentivos a delatores para reportarem os casais que tivessem uma segunda gravidez ou uma gravidez fora do casamento (cf. Vaz-Pinto, 2010, pp. 110-111). Hoje em dia existem mais de 100 milhões de filhos únicos na RPC, apelidados de «pequenos imperadores» (cf. Bueno, 2017, p. 5). Com efeito, a população ativa começou a diminuir desde a entrada em vigor da referida política. A taxa de fertilidade, que na década de 1970 era 4,77 filhos por mulher, desceu para 1,4, atingindo quase o nível de alerta de 1,3. Talvez como consequência de uma tradição feudal que dá preferência a filhos do sexo masculino, a Política de Filho Único gerou um excedente de 33 milhões de homens (cf. Vaz-Pinto, 2010, p. 110). Esta política trouxe um desequilíbrio entre o sexo masculino e feminino, visto que por cada 100 raparigas nasceram 123 rapazes, sendo que os valores considerados normais deveriam rondar o nascimento de 103 raparigas por cada 105 rapazes (cf. *ibid.*).

De acordo com dados oficiais chineses, desde 1971, os hospitais do país executaram 336 milhões de abortos e 196 milhões de esterilizações (cf. *Diário de Notícias*, 2015). Vaz-Pinto sublinha igualmente que a escolha pelos filhos do sexo

⁸ Segundo o sítio *Countrysmeters*, a China em 1979, ano em que implementou a Política do Filho Único, contabilizava uma Taxa de Crescimento Populacional (TCP) na ordem dos 1,46%. Este valor teve variações até 1995 e só no ano seguinte é que se verificou uma TCP inferior a 1%, mais precisamente 0,91%.

masculino teve como consequência não só um brutal aumento de abortos, de fetos do sexo feminino e de esterilizações, mas também a prática de infanticídio ou abandono dos bebés indesejados, com maior incidência os de sexo feminino (cf. Vaz-Pinto, 2010, p. 111). De facto, «a quantidade de abortos de fetos femininos, abandono e infanticídio das meninas indesejadas», a propósito da Política do Filho Único, tinha sido denunciada por Chen Guangcheng, «advogado autodidacta e cego de nascença (...) A sua denúncia revelou milhares de abortos, mesmo com tempos de gravidez já há muito avançados, e esterilizações forçadas levadas a cabo pela equipa de planeamento familiar» (*ibid.*). No entanto, segundo o Governo de Pequim, a Política do Filho Único foi positiva visto que permitiu o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, da esperança média de vida (agora em 75 anos) e do nível de escolaridade da população (*Diário de Notícias*, [Via Agência Lusa], 2015).

A Política do Filho Único só foi abolida em outubro de 2015, e as novas medidas afetas à Lei da População e Planeamento Familiar, só entraram em vigor no dia 1 de janeiro de 2016, permitindo que os casais pudessem ter um segundo filho⁹ (cf. *Diário de Notícias*, 2015). Estas medidas surgiram porque o governo de Xi Jinping demonstrou preocupação com o envelhecimento da população, com o desequilíbrio desta no que ao sexo diz respeito e com o emagrecimento da força de trabalho. Após a entrada da nova lei, a natalidade aumentou significativamente em 2016, na ordem dos 7,9%, conforme noticiou o semanário *Expresso*, fazendo-se eco da Agência Lusa (cf. *Expresso*, 2017).

A abolição da Política do Filho Único foi aplaudida pelas organizações dos Direitos Humanos, mas com algumas reservas. Por exemplo, a *Human Rights Watch* e a Amnistia Internacional consideraram que as fortes restrições à reprodução humana na RPC constituíam um atentado ao direito reprodutivo das mulheres, direito esse que não deveria sobrepor-se a questões de índole económica, enfatizando que a nova lei não acabaria com as esterilizações e os abortos forçados (cf. *Agence France-Presse apud Rawstory*, 2015). Os ativistas dos Direitos Humanos consideram até que a «política de dois filhos» transmite a

⁹ Entre 2016 e 2018, a TCP não sofreu alterações, mantendo-se nos 0,52%, de acordo com o sítio Countrymeters.

ideia de que a RPC ainda mantém determinadas estratégias para controlar a população chinesa (*ibid.*). Na realidade, a população da China está envelhecida e os desequilíbrios de género são visíveis. A força de trabalho está a diminuir com o aumento de idosos na China (*ibid.*). Semelhante constatação tem a sinóloga Vaz-Pinto, visto que considera que a Política do Filho Único teve efeitos económicos e sociais sem precedentes, já que houve uma forte redução da população ativa e um aumento significativo da população envelhecida, lembrando que na China não existe um sistema nacional de reforma (cf. Vaz Pinto, 2010, p. 110). Com efeito, entre 1979 e 2015, o envelhecimento do povo chinês é evidenciado pelo aparecimento da «família 4-2-1», ou seja, quatro avós, dois filhos e um neto» (*ibid.*).

2.2.4.1. Controlo de informação e liberdade de expressão

A China é tida como um dos países do mundo em que há menos liberdade de imprensa e, concomitantemente, de expressão, abundando críticas e argumentos desfavoráveis à atuação do governo chinês.

Nos últimos anos, a China tem mantido um controlo absoluto sobre a utilização da Internet. Larry Diamond sublinha que as autoridades chinesas (e os meios técnicos utilizados pelas mesmas) têm uma extraordinária capacidade para controlarem a Internet (*apud* Vaz-Pinto 2010, p. 137). O ciberespaço, na opinião de Diamond, «é apenas mais um palco de uma velha batalha pela liberdade» (*apud ibid.*). A China tem sido inclusivamente acusada de espionagem cibernética, havendo até fortes indícios de que tenha logrado entrar nos computadores das empresas militares ocidentais e obtido informações sobre o novo caça F-3 (cf. *apud ibid.*, pp. 137-138). Vaz-Pinto vai mais longe e afirma que a Freedom House¹⁰ reconhece que o aperfeiçoamento nos meios técnicos de

¹⁰ A Freedom House é uma organização independente e sem fins lucrativos dedicada à expansão da liberdade e da democracia em todo o mundo. Está sediada em Washington, capital dos Estados Unidos da América do Norte, e tem escritórios de trabalho em aproximadamente uma dúzia de países (cf. Freedom House).

espionagem cibernética que se tem verificado na China tem proporcionado uma maior eficácia no controlo de telemóveis e da Internet (cf. *apud ibid.*, p. 138).

O motor de pesquisa Google está bloqueado desde 2010. Esta empresa multinacional de serviços *online* e *software* acusou Pequim de espiar o correio eletrónico de dissidentes no Gmail e rejeitou compactuar com a censura do regime chinês (cf. *Diário de Notícias*, [via Agência Lusa], 2017). O mesmo motor de busca também foi bloqueado pelo governo chinês por tê-lo denunciado de atitudes de censura, espionagem e privação de liberdade (cf. *Observador*, 2017).

Outras plataformas *online*, como o *Twitter* e o *YouTube*, também se encontram bloqueadas pelo Governo chinês (cf. *ibid.*). A manifesta censura à livre circulação de comunicação demonstra que impera na China um regime ditatorial, que está ainda muito distante das consolidadas democracias europeias e norte-americana, apesar de nos EUA Donald Trump ameaçar construir muros enquanto na China Xi Jinping aposta na construção de pontes, seja através de voos diretos para vários países ocidentais, seja através da Nova Rota da Seda.

A censura e o controlo de informação têm afetado meios de comunicação social e jornalistas, amiúde acusados de partilha de informação confidencial e segredos de estado (cf. Vaz-Pinto, 2010, pp. 140-141). Na sua obra *Não Tenho Inimigos, Não Conheço o Ódio* (2011), o famoso intelectual chinês Liu Xiaobo (1955-2017), conhecido pelo seu ativismo pelos direitos humanos na RPC e laureado com o *Prémio Nobel da Paz* em 2010 (vd. *infra* 2.2.4.4.), afirmou que na China «não existe liberdade de imprensa ou de expressão» (Xiaobo, 2011, p. 103). A este propósito, Xiaobo sublinha ainda que «o já longo bloqueio à informação, controlo da opinião e sistema de propaganda há muito transformou os jornais numa ferramenta da política obscurantista dos governantes» (*ibid.*).

Em 2010, contabilizavam-se cerca de 420 milhões de utilizadores da Internet na China. Segundo a Freedom House, «há quatro mecanismos diferentes que são utilizados pela máquina do PCC: filtragem técnica, censura pré-publicação, censura pós-publicação e manipulação proactiva» (*apud* Vaz-Pinto, 2010, p. 139). A sinóloga Raquel Vaz-Pinto chama a atenção para uma técnica de filtragem, apelidada de «Grande *Firewall* da China», que restringe e bloqueia o

acesso a *sites* estrangeiros, principalmente os que estão relacionados com partidos políticos de Taiwan, a Radio Free Asia ou a edição chinesa da BBC (cf. Vaz-Pinto, 2010, p. 139).

A China tem de facto prosseguido com ações de controlo e limitações da liberdade de imprensa. Um dos exemplos mais evidentes desta violação da liberdade de expressão foi o caso do jornalista Shi Tao, editor do *Contemporary Trade News*, de Changsha, na província de Hunan (cf. *ibid.*, p. 140). Ainda de acordo com a referida investigadora, quando, em 2004, Shi Tao enviou um e-mail para o *site* Democracy Forum com um documento oficial anexado, as autoridades chinesas pediram à plataforma Yahoo que o autor da mensagem fosse identificado (cf. *ibid.*, pp. 140-141). A Yahoo acedeu ao pedido e Shi Tao foi condenado a 10 anos de prisão (cf. *ibid.*).

O jornal *Observador* noticiava em setembro de 2017 que as redes sociais WhatsApp, Facebook e Instagram tinham sido bloqueadas na China (cf. *Observador*, 2017).

A censura na China tem-se manifestado igualmente na perseguição e no encarceramento de críticos e dissidentes políticos do regime, nomeadamente, entre outros, Liu Xiaobo (vd. *infra* 2.2.4.4.) e o artista plástico Ai Weiwei.

Raquel Vaz-Pinto alude às estratégias de manipulação e de controlo de informação usadas pelo Governo Chinês, citando, por vezes, a *Freedom on the Net*:

A manipulação proactiva tem vindo a intensificar-se e consiste em «medidas que influenciam a opinião pública *on-line* e que amplificam a versão oficial de certos acontecimentos em detrimento da versão real». Entre estas, incluem-se comentadores pagos que escrevem comentários pró-governo e são chamados de membros «50 Cent Party» ou «Vestes Vermelhas», cumprindo a função de denunciar qualquer comentário – e o seu respectivo autor – que vá contra as linhas do partido. Não se sabe ao certo o número destes «comentadores oficiais», apesar de estimativas apontarem para cerca de 250 mil. Apesar desta máquina poderosa a que se juntam cerca de 50 mil polícias cibernéticos, nem todo o ciberespaço está subjugado ao PCC e há formas imaginativas de contornar a censura. Em vez da palavra «censura», muitos usam «harmonização», e o 4 de Junho de

1989 é muitas vezes referido como os «tractores que vêm da cidade» (Vaz-Pinto, 2010, pp. 139-140).

O PCC continua, na verdade, a manter um silêncio ensurdecedor perante a comunidade internacional em relação às apelidadas questões dos «3 T», designadamente de Tiananmen (Praça de Tiananmen), do Tibete (desde 1951 sob controle total da China, após intervenção militar) e de Taiwan (a ilha continua a ser reivindicada pela RPC (cf. Vaz-Pinto, 2010, p. 42). Estas questões e o conflito antigo com Taiwan são tabus para o Ocidente, «revelando total incompreensão pelo “espírito missionário” ocidental [...] tentando ‘achinesar’ as normas ocidentais ditas ‘universais’» (Mendes, 2015, p. 455).

2.2.4.2. Atentados à dignidade da vida humana

Segundo a Amnistia Internacional, a China continua a liderar a lista dos países do mundo onde ocorre o maior número de execuções (cf. Amnistia Internacional, 2017, pp. 3-47). No seu livro *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen: a China e os Direitos Humanos*, Raquel Vaz-Pinto refere que «a pena de morte é um instrumento que o PCC utiliza para manter a estabilidade e, como qualquer ditadura, controlar as ameaças e os desafios ao seu monopólio do poder político» (Vaz-Pinto, 2010, p. 215). Vaz-Pinto alude que a comunidade internacional continua a tolerar a pena de morte na China por razões de índole económica e de corrupção (cf. *ibid.*). Li Peiying, antigo presidente de uma *holding* proprietária de vários aeroportos, incluindo o novo aeroporto internacional de Beijing, foi executado por práticas de suborno e desvio de capitais (cf. *ibid.*). A investigadora portuguesa considera que a pena capital na China é o lado mais negro de uma ditadura que a utiliza para manter a ordem e a estabilidade social, sendo o instrumento derradeiro para afastar qualquer ameaça ao PCC (cf. *ibid.*).

Só em 2017 foram executados na China mais de 1000 cidadãos (vd. *infra* Figura 3). A existência da pena de morte na China continua a gerar um enorme mal-estar na Europa. Ao contrário da China, na Europa, a abolição da pena de

China Labor Watch,¹¹ os jovens trabalhadores de uma fábrica da Pegatron Group, situada em Xangai, que produziu milhões de unidades do telemóvel *iPhone 6* da Apple, foram obrigados a laborar cerca de seis dias por semana em turnos de 12 horas (cf. China Labor Watch, 2015). A maior parte destes trabalhadores não jantou enquanto não efetuou as horas extras (cf. *ibid.*)

A revista *Visão* noticiou que, entre agosto de 2017 e abril de 2018, a China Labor Watch e a revista *The Observer* (pertencente ao jornal *The Guardian*) iniciaram em conjunto uma investigação internacional sobre as condições de trabalho numa fábrica da empresa Foxconn, situada na China, onde são produzidas as colunas smart *Echo* e os leitores *Kindle* (cf. *Visão*, 2018). Aqui foram encontradas diversas irregularidades e violações da lei laboral chinesa (cf. *ibid.*). O relatório da investigação mostrou que os funcionários trabalharam em condições chocantes e que se viram obrigados a fazer horas extraordinárias excessivas para garantir a subsistência (cf. *ibid.*). O mesmo relatório informou que houve um enorme recurso a trabalhadores temporários, sem que estes tivessem direito a baixa ou a férias (cf. *ibid.*). Este tipo de mão-de-obra ascendeu aos 40% de funcionários, quando a lei laboral chinesa estabelece como limite cerca de 10% (cf. *ibid.*). Sublinhe-se que as horas extraordinárias foram pagas como horas normais a estes trabalhadores, que sofreram igualmente um constante «abuso verbal» (cf. *ibid.*)

Outra questão que continua a gerar enormes perplexidades no Ocidente prende-se com a escravatura infantil. De acordo com uma notícia veiculada pelo semanário *Expresso* em 2007, nesta altura era possível comprar uma criança por 50 euros e introduzi-la no mundo da escravatura. Apesar de a Constituição chinesa considerar ilegal o trabalho infantil, no princípio do século XXI, várias crianças raptadas na região de Henan, que trabalhavam em fábricas de produção

¹¹ A China Watch Watch é uma organização não-governamental, sediada em Nova Iorque, que foi fundada pelo ativista trabalhista Li Qiang, em outubro de 2000. Tem como missão a defesa dos direitos dos trabalhadores na RPC.

de tijolos, foram sujeitas a maus tratos e forçadas a trabalhar 14 horas diárias e sem qualquer remuneração (cf. *Expresso*, 2017).

Em 2014, foi instituído na China um sistema de crédito social (que deverá estar totalmente implementado em 2020), que tanto poderá atribuir aos cidadãos avaliações positivas de acordo com o seu comportamento social (cf. *Expresso*, 2018). Serão punidos aqueles que fumarem em zonas de não fumadores, os que espalharem notícias falsas ou os que comprarem demasiados videojogos (cf. *ibid.*). Este sistema atribui igualmente pontos aos cidadãos chineses em função da situação das finanças pessoais, do desempenho no trabalho ou da divulgação de opiniões ou de notícias falsas nas redes sociais (cf. *ibid.*). Os cidadãos que obtiverem uma avaliação positiva terão direito a viagens agilizadas para a Europa e a reservar hotéis sem terem que efetuar previamente o pagamento (cf. *ibid.*). Os que tiverem resultados negativos serão considerados «indivíduos não confiáveis» e, por conseguinte, poderão ser impedidos de viajar de avião, de matricular os seus filhos nas melhores instituições do ensino secundário e do ensino superior e ainda de trabalhar em organismos públicos e grandes bancos, entre outras punições (cf. *ibid.*).

2.2.4.3. Massacre de Tiananmen

O famoso massacre da Praça de Tiananmen, que terá vitimado milhares de pessoas, ocorreu no dia 4 de junho de 1989 devido aos protestos na Praça da Paz Celestial. Segundo Raquel Vaz-Pinto (vd. *infra* Figura 4), «todos nos lembramos da fotografia que correu mundo há vinte anos: um homem solitário frente aos tanques do poderoso Exército chinês na Praça de Tiananmen» (Vaz-Pinto, 2009, p. 93).

Segundo a Amnistia Internacional, os estudantes universitários de Pequim, no início de 1989, exigiram ao seu país novas reformas políticas e económicas perante o crescendo de corrupção ao nível governativo. Estas reivindicações, que se transformaram num movimento que alastrou a toda a China, embora se tenha manifesta sobretudo em Pequim, obrigou as autoridades a declararem a lei marcial a 20 de maio de 1989 (cf. Amnistia Internacional, 2009). No dia 3 de junho do mesmo ano, tropas chinesas e tanques de guerra invadiram Pequim. Várias pessoas, incluindo crianças e idosos, foram assassinados na Praça de Tiananmen e nas ruas limítrofes (cf. *ibid.*).



Figura 4: Fotografia captada na Praça de Tiananmen a 5 de junho de 1989.¹²
Fonte: Associated Press, 1989.

Por outro lado, em junho de 1989, um relatório oficial revelou que as autoridades chinesas reconheciam que mais de 3.000 civis tinham sido feridos e que mais de 200, incluindo 36 estudantes, tinham morrido (cf. *ibid.*). Após a ação militar, gerou-se um movimento de perseguição a todos os que estiveram

¹² Esta fotografia, conhecida por *O Homem perante o Tanque* ou *O manifestante desconhecido*, foi tirada no dia 5 de junho de 1989 por um fotógrafo da *Associated Press* e continua a ser proibida na China (Cf. RFI – Les Voix du Monde, via agência Reuters, 2015).

envolvidos nas manifestações de Tiananmen, originando detenções, prisões com julgamentos injustos, torturas e famílias perseguidas (cf. Amnistia Internacional, 2009). Todos os anos, perto da data em que se assinala o massacre de Tiananmen, várias pessoas são detidas ou enviadas para campos de reeducação pelo trabalho (detenção administrativa, sem julgamento) por tentarem assinalar publicamente o acontecimento (cf. *ibid.*). Este incidente, «abafado pelo governo chinês com mão de ferro» como se afirma num artigo anónimo publicado na *newsletter online* esquerda.net, «não pode ser apagado da história» (esquerda.net, 2018).

Num artigo *online* publicado no *Hoje Macau – Jornal em Língua Portuguesa*, editado por portugueses, Filipa Araújo refere que o massacre de Tiananmen continua a ser censurado pelo Governo chinês, na medida em que não é referido nos manuais escolares, continuando a ser um tema tabu na sociedade chinesa (cf. Araújo, 2016).

Ainda em 2014, aquando do 25.º aniversário do Massacre, a Amnistia Internacional pedia ao executivo chinês que reconhecesse e responsabilizasse os que haviam violado os direitos humanos e que indemnizasse as vítimas da repressão de 1989 e as suas famílias, denunciando igualmente a perseguição a dezenas de ativistas (*apud Redação TVI24*, 2014).

O jornalista Fabio Cavallera, na obra *República Impopular da China*, considera que o trágico Massacre na Praça Tiananmen demonstrou que Deng Xiaoping estava preparado para responder com a lei marcial a qualquer oponente ao seu plano de reconstrução da China (cf. Cavallera, 2010, pág. 75). Uma perspetiva diferente deste acontecimento é manifestada pela colunista Diana Soller, num artigo sintomaticamente intitulado «Os chineses vestem Prada», publicado no jornal *Observador* (Soller, 2018). A investigadora e especialista em relações internacionais refere que a questão de Tiananmen foi um primeiro sinal de que a China se iria democratizar e de que mais cedo ou mais tarde o *Império*

do Meio acabaria por se tornar num estado liberal (cf. Soller, 2018). Esta evolução viria a acontecer, porque a China andaria a estudar desenfreadamente os erros cometidos pela extinta União Soviética que levaram ao seu colapso (cf. Soller, 2018). Para evitar o mesmo desfecho, a China debruçou-se sobre soluções que considerava importantíssimas, nomeadamente a criação de uma identidade pós-marxista, o uso do sucesso económico para libertar milhões de chineses da pobreza e o considerável alargamento a classe média (cf. *ibid.*).

Teresa Nogueira, coordenadora do cogrupos da China na Amnistia Internacional de Portugal, chamou à atenção para a necessidade de reavaliar os acontecimentos em Tiananmen a fim de que cesse definitivamente a perseguição e a detenção daqueles que exigem essa reavaliação e de que se faça finalmente justiça às vítimas do massacre de Tiananmen (*apud* Redação TVI24 [via Agência Lusa], 2014). Já Liu Xiaobo, em 2011, afirmara que «após o Massacre de Tiananmen, a China assistiu a um tremendo desenvolvimento económico, superando, em larga escala, os níveis da década de 80» (Xiaobo, 2011, p. 121). Este crescimento económico teria, de certa forma, silenciado o ambiente opressivo, visto que o mesmo espoltoou ganância e desejo de riqueza (cf. *ibid.*).

Por seu turno, Martins é da opinião que os líderes chineses têm consciência de que a questão Tiananmen pode trazer consequências negativas para a Economia da China se não for bem gerida e de forma pacífica (Martins, 2006, p. 51). Dadas as circunstâncias, a China tentará evitar episódios similares ao Massacre de Tiananmen já que não pretende uma condenação pela sociedade internacional que pudesse afetar a sua Economia (cf. *ibid.*).

Na sua obra *The People's Republic of Amnesia: Tiananmen Revisited*, Louisa Lim, jornalista e antiga correspondente da BBC em Pequim, apresenta um conjunto de depoimentos de pessoas que foram vítimas do Massacre (cf. Lim, 2014). O depoimento de uma professora de cinema demonstra bem o esquecimento a que foi votado na China o Massacre de Tiananmen:

The forgetting began almost immediately. Just before the 10th anniversary of the killings, a film professor named Cui Weiping wrote, "A massive secret has become a massive vacuum... this secret is like a

poison that has contaminated the air we breathe and our whole life and spirit.” By the 20th anniversary, she concluded that if the situation remained unchanged, “June 4th will no longer be a crime committed by a small group of people, but one in which we all participated.” (Lim, 2014, p. 6).

2.2.4.4. Dissidente Liu Xiaobo

A Nova China, fundada em 1949, é apenas uma «república popular» no nome, pois, na realidade, é o «domínio de um partido» que, no poder, monopolizou todos os recursos políticos, económicos e sociais. Este modelo resultou numa série de desastres para os direitos humanos, como a Campanha Antidireitista, o Grande Salto em Frente, a Revolução Cultural, o Massacre de Tiananmen e a repressão de atividades religiosas não oficiais e movimentos de defesa dos direitos, que provocaram a morte de dezenas de milhões de pessoas e obrigaram o povo e o país a pagarem um preço extremamente desastroso. (Liu Xiaobo et al., 2011 [Carta 08], pp. 329-331).

Em 2008, um dos dissidentes políticos mais conhecidos da China, Liu Xiaobo (1955-2017), professor de Filosofia na Universidade de Pequim, crítico literário, escritor e ativista dos direitos humanos, foi detido, tendo sido formalmente preso e condenado em 2009 a 11 anos de prisão, alegadamente por «incitar à subversão contra o poder do Estado» (Efe, 2009). Liu Xiaobo foi condenado a 18 meses de prisão por ter participado nas manifestações de Tiananmen. Esteve em prisão domiciliária e, no final de 1996, foi enviado para um campo de «reeducação através do trabalho» durante três anos (Vaz-Pinto, 2010, p. 128). Liu Xiaobo é acusado, novamente, em 2009 por ter sido coautor e primeiro signatário da «Carta 08», assinada por cerca de 300 intelectuais chineses, que apelavam ao fim do partido único e a uma reforma do Estado e da Economia, e autor de outros seis ensaios que, do ponto de vista do governo chinês, incitaram à subversão do poder do Estado (cf. *ibid.*). A mulher do ativista, a poetisa Liu Xia, só viria a obter autorização para visitar o marido em outubro de 2010, tendo sido escoltada pela polícia, após o encontro, até seu apartamento, onde foi mantida em prisão domiciliária (cf. *Público*, 2010).

A «Carta 08» é, sobretudo, um ensaio sobre os direitos humanos e sobre a democracia liberal na China dos vinte anos anteriores (1988-2008). Foi divulgada *online* (escapando ao controlo da circulação da informação) no dia 10 de Dezembro de 2008, ou seja, precisa e sintomaticamente no Dia Mundial dos Direitos Humanos e no 60.º aniversário da aprovação da Declaração Universal dos Direitos do Homem (cf. *Público*, 2010). A «Carta 08» foi escrita por 303 pessoas, entre as quais Bao Tong, antigo assessor de Zhao Ziyang¹³ e Ding Zilin, co-fundadora do grupo «As mães de Tiananmen»¹⁴ (cf. Vaz-Pinto, 2010, p. 131). A «Carta 08», além de ter revelado a coragem dos referidos signatários, demonstrou que foi possível existir trocas de *e-mails* sem que as autoridades chinesas as detetassem (cf. *ibid.*). A «Carta 08» também mostrou à comunidade internacional que a China tem vários problemas, nomeadamente, «a corrupção endémica dos membros do PCC e dos burocratas; o declínio de uma ética pública, um capitalismo que só favorece os «amigos» do partido; o crescente fosso entre os ricos e os pobres» (*ibid.*, 2010, p. 132).

Em junho de 2017, é concedida liberdade condicional a Liu Xiaobo após ter-lhe sido diagnosticado um carcinoma hepático em fase terminal. Mesmo assim, Xiaobo foi proibido de estabelecer qualquer contacto com amigos, familiares ou imprensa, exceto com a sua mulher (cf. *Público*, 2017). A Alemanha e os EUA terão, então, demonstrado disponibilidade para receber Xiaobo e a sua mulher (cf. Caeiro, 2017). No entanto, a recusa por parte do governo Chinês, através do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, ter-se-á manifestado da seguinte forma: «Respeitem a soberania judicial da China e não interfiram nos seus assuntos internos a pretexto de um caso individual» (*apud* Caeiro, 2017).

Liu Xiaobo (vd. *infra* Figura 5) faleceu na China, no dia 13 de julho de 2017, com 61 anos de idade. O Departamento de Justiça de Shenyang alegou que Xiaobo tinha perecido vítima de um cancro no fígado (cf. *Observador*, 2017). A comunidade internacional lamentou o desaparecimento do dissidente chinês. A chanceler alemã Angela Merkel teceu-lhe rasgados elogios. De forma idêntica se

¹³ Zhao Ziyang foi Primeiro-Ministro da RPC entre 1980 e 1987, tendo assumido também o cargo de Secretário-Geral do PCC entre 1987 até 1989.

¹⁴ «As mães de Tiananmen» são um grupo de mães e familiares dos estudantes que pereceram no massacre de Tiananmen.

expressaram os líderes dos EUA, da França, do Reino Unido e de outros países ocidentais (cf. Caeiro, 2017).



Figura 5: Fotografia de Liu Xiaobo por Bi Yimin.
Fonte: *The Official Web Site of the Nobel Prize*, 2010.

De salientar que «a detenção e julgamento de Liu Xiaobo trouxeram-lhe maior reconhecimento internacional. Foi-lhe atribuído, pela sua defesa da liberdade de expressão, o Prémio PEN/Barbara Goldsmith Freedom to Write, em 2009» (Vaz-Pinto, 2010, p. 136). Naďa Straková (2009), numa publicação *online* na plataforma *aktualne.cz*, refere que Lui Xiaobo, também em 2009, fora agraciado com o *Homo Homini*, um prémio anual atribuído pela *People in Need* a personalidades que tenham dado um contributo importante para a promoção dos direitos humanos, da democracia e da resolução não violenta de conflitos políticos. No ano seguinte, em 2010, a Academia Sueca atribuiu-lhe o Prémio Nobel da Paz.

3. Cultura organizacional chinesa

3.1. Teoria das dimensões culturais

A Teoria das Dimensões Culturais foi desenvolvida nos anos 70 por Geert Hofstede, Psicólogo holandês e antigo colaborador da *International Business Machines* (IBM) (cf. Portal Gestão, 2011). Esta teoria nasceu da análise das diferenças culturais existentes entre o Brasil e o Japão, países onde a IBM estava implantada (cf. Portal Gestão, 2011). As filiais nestes dois países eram geridas de forma distinta apesar de a IBM tentar que as normas e os procedimentos fossem uniformizados (cf. *ibid.*). Através da Teoria das Dimensões Culturais é possível compreender as «chaves culturais» dos interlocutores dos diferentes países, já que é perceptível que o funcionamento de uma empresa é regulada pela cultura dos colaboradores e pela cultura do país em que a empresa está inserida (cf. *ibid.*, 2011).

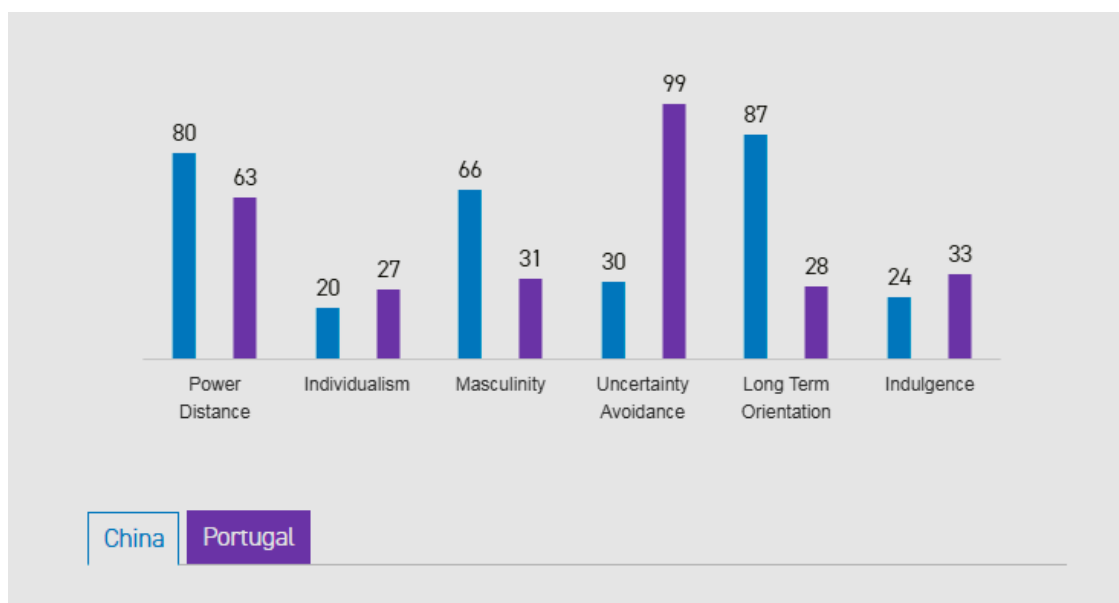


Figura 6: Comparação das 6 dimensões culturais entre a China e Portugal.
Fonte: Hofstede Insights, 2018.

Hofstede agrupou assim as diferenças culturais em quatro dimensões, nomeadamente: 1.^a Dimensão – Índice de distância ao poder; 2.^a Dimensão –

Individualismo *versus* Coletivismo; 3.^a Dimensão – Masculinidade *versus* Feminilidade; 4.^a Dimensão – Índice da aversão à incerteza. Posteriormente, o Psicólogo Social Michael Bond e o professor Ming Kefu acrescentaram ao modelo de Hofstede duas outras dimensões culturais: a 5.^a Dimensão – Orientação para o curto ou longo prazo e a 6.^a Dimensão – Indulgência *versus* Contenção (cf. Xia, 2016, p. 10).

O gráfico da Figura 6 (vd. *supra*) compara as 6 dimensões culturais entre a China e Portugal. Na 1.^a dimensão (Índice de distância ao poder), a China revela um valor superior a Portugal no que concerne à distância hierárquica. Apesar do valor do índice em Portugal ser elevado, na realidade, a China apresenta um índice superior, o que significa que existe uma maior distância entre os superiores hierárquicos e os seus subordinados. Na 2.^a dimensão (Individualismo *versus* Coletivismo), Portugal tem um índice similar à China (apenas diferem 7 valores percentuais) o que é indício de que em ambos os países se verifica uma sociedade coletivista, em que se opta por trabalhar em grupo em detrimento do individualismo. Na 3.^a dimensão (Masculinidade *versus* Feminilidade), a China tem um índice superior a Portugal o que leva a crer que privilegia o trabalho masculino e que socialmente os homens têm mais cargos e privilégios do que as mulheres. Na 4.^a dimensão (Índice da aversão à incerteza), Portugal tem um índice de 99 em 100 perante o índice 30 da China. Esta diferença é significativa e mostra que Portugal tem uma grande resistência à inovação, evita a insegurança e receia de algum modo novas conjunturas. Ao contrário, a China demonstra uma maior abertura aos riscos, à inovação e ao empreendedorismo. Já na 5.^a dimensão (Orientação para o curto ou longo prazo), há novamente uma grande discrepância entre a China e Portugal, dado que a China apresenta um índice de 87 e Portugal de 28. A China aparenta ser um país que trabalha para o longo prazo, ao contrário do que acontece em Portugal, onde são valorizados os resultados imediatos, onde se trabalha para o curto prazo e onde há respeito pelas tradições. Na 6.^a dimensão (Indulgência *versus* Contenção), a China apresenta um índice 24 e Portugal de 33, o que revela que ambos os países são

conservadores, embora os chineses sejam aparentemente mais regrados no cumprimento de prazos e na valorização dos compromissos.

3.2. *Mianzi* e *Guanxi*

Está bem presente, ao nível dos negócios, a importância de *Guanxi* e de *Mianzi* na China. Na perspetiva de Yadong Luo, docente e investigador na Universidade de Miami, *Guanxi* tem o seguinte significado: «the Chinese word guanxi refers to the concept of drawing on connections in order to secure favors in personal relations. It is an intricate and pervasive relational network which Chinese cultivate energetically, subtly, and imaginatively» (Luo, 1997, p. 44). Semelhante constatação tem Benyue Liu, quando afirma que «guanxi has been repeatedly brought up in Chinese management literature. Many scholars refer to guanxi as "social currency", and it can be regarded as a form of friendship, connection, and network» (Liu, 2010, p. 57). E acrescenta que «even if guanxi is similar to networking in the West, it is more subtle. As rudimentary and crucial as guanxi is, many scholars hold that it is an indispensable component in lives of Chinese people» (*ibid.*). A importância deste conceito, tanto para Luo (1997) como para Liu (2010), significa que é preciso ter consciência de que no processo de negociação com os chineses é imperativo que se tenha *Guanxi*, ou seja, uma espécie de rede contactos, já que os que não possuem *Guanxi* dificilmente conseguirão concretizar um negócio na China.

Mianzi, de acordo com Krokou (2016), é uma característica cultural de extrema importância na China, visto que tem um papel preponderante não só nas relações sociais, mas também nos negócios. A palavra em si, na tradução mais aproximada, significa «rostos», embora, e ainda segundo Krokou (2016), a tradução mais plausível fosse «honra pessoal», já que se trata de um conceito que se refere à boa reputação de uma pessoa. Isto é, as pessoas quando são respeitadas e cordiais não ofuscam o seu «rostos» às outras pessoas. Existe um provérbio português similar a este conceito, ou seja, «andar de cabeça erguida»,

visto que significa que a «honra pessoal» ou a boa reputação do indivíduo não foi pervertida. Dado que os chineses dão uma grande importância à reputação das pessoas, o *Mianzi* associado ao *Guanxi* consubstancia a estratégia mais adequada para se realizarem negócios com os chineses.

4. Relações luso-chinesas

4.1. Apanhado das relações culturais e comerciais luso-chinesas até 2011

Portugal e a China mantêm relações económicas, políticas e históricas há muitos séculos. A China é um destino comercial internacionalmente cobiçado, dado tratar-se, não só do país mais populoso do mundo, e com uma área geográfica muito significativa, mas também pela mão-de-obra barata, tão cara às ambições financeiras das grandes multinacionais estrangeiras. Além disso, a China estabelece relações comerciais com outros países há vários séculos, sendo não só um país que oferece uma mão-de-obra acessível, mas que também exige qualidade de produtos enquanto consumidora de artigos do Ocidente. Na verdade, os primeiros contactos entre Portugal e a China dão-se em 1513, em plena dinastia Ming (1368 a 1644), quando o mercador português Jorge Álvares chega à China, num pequeno barco (cf. Ramos, 1990, pp. 157-169).



Figura 7: Estátua de Jorge Álvares em Macau.
Fonte: Pinheiro, 2013, pp. 86-87.

Jorge Álvares rumou de Malaca à ilha de Tamão, localidade conhecida como Ilha do Comércio, onde mandou erguer uma coluna de pedra, denominada de «Padrão», gravado com uma cruz e as armas portuguesas na parte superior, sinalizando assim a nova descoberta (vd. *supra* Figura 7). Este mercador português teve de facto um papel fundamental na génese e evolução das relações comerciais e culturais entre o Ocidente e o Oriente, já que fora enviado à China pelo governador da Índia, Afonso de Albuquerque, com o objetivo estratégico de virem a ser definidas novas rotas comerciais, já que o comércio asiático era então considerado o mais rentável (cf. Leitão, 2013).

Após a Revolução de Abril de 1974, existiram três fases no processo de normalização das relações diplomáticas entre Portugal e a China (cf. Fernandes, 2003, p. 1070). A primeira fase, denominada «Pré-negocial», verificou-se de maio de 1974 a julho de 1975. A segunda fase, intitulada de «Fórmula», constatou-se de agosto de 1975 a janeiro de 1978. A terceira e última fase, designada por «Detalhes», vigorou de fevereiro de 1978 a 8 de fevereiro de 1979 (cf. *ibid.*, p. 1070). A fase «Pré-negocial» foi assinalada, sobretudo, por atos públicos, discursos e declarações verbais e escritas entre os dois países (cf. *ibid.*, p. 1071). A fase «Fórmula», no âmbito da qual se verificaram conversações informais entre os dois países, foi consolidada quando estes estavam em vias de transição de regimes políticos revolucionários para regimes moderados (cf. *ibid.*, p. 1105). A fase «Detalhes», encetada durante o segundo Governo de Mário Soares, foi impulsionada pelo Governo chinês e imediatamente aprovada pelo português (cf. Martins, 1981, p. 435). As negociações entre os dois países decorreram com relativa celeridade, tendo sido acordados o estabelecimento de relações bilaterais e a definição do futuro de Macau (cf. *ibid.*, pp. 1121-1122). As boas relações diplomáticas e empresariais que existem entre a China e Portugal dever-se-ão sobretudo à forma diplomática e pacífica como decorreu a transição de Macau, ao contrário da conturbada transição de Hong Kong, pautada por reiterados desentendimentos a China e o Reino Unido (cf. Pereira 2006, p. 67).

Carmen Amado Mendes refere que as relações luso-chinesas se dividem sobretudo em três fases. A primeira verifica-se entre 1513 e 1949, a segunda

entre 1949 e 1999 e a terceira entre 1999 e 2014 (cf. Mendes, 2014, pp. 2-8). Efetivamente, na primeira fase, assiste-se ao nascimento de Macau e dos primeiros ciclos diplomáticos (cf. *ibid.*, pp. 2-8), já que os portugueses se fixaram em Macau em 1557, após terem logrado assinar um tratado de amizade e de comércio com a China. Na segunda fase, houve um «não-reconhecimento da RPC à retrocessão de Macau», que terá durado até 1979 (cf. *ibid.*, p. 8). Isto é, o regime ditatorial português do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, manteve uma total ausência de relações diplomáticas com a China, dado que não reconhecia a China comunista de Mao Zedong. Na terceira e última fase, as relações luso-chinesas procuraram, sobretudo, «um novo *status quo*» (*ibid.*, pp. 2-8), verificando-se um restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Apesar de Portugal manter uma relação cultural e comercial com a China há vários séculos, apenas entre 1979 e 1999 se restabeleceram as relações diplomáticas entre ambos os países devido à questão de Macau.

A China reconhece a extrema importância de Portugal ao nível geoestratégico, no âmbito das relações comerciais, não só como porta de entrada para a Europa, mas também como porta de entrada para todo o mundo lusófono. De acordo com a revista *Portugal Global* (2017), a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP) consideraram que Macau seria uma importantíssima ponte nas relações bilaterais entre os PLP. Por conseguinte, criaram em Macau, em 2003, o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os PLP.

No próximo ano, mais propriamente no dia 8 de fevereiro de 2019, comemorar-se-ão os 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a RPC (cf. Amado, 2010, p. 11). A «retrocessão» de Macau à China, que perfará 20 anos em 2019, revela, na opinião de Luís Amado, a forma criteriosa como Portugal e a China desenharam conjuntamente um estatuto de autonomia para a região, no pleno respeito pelo princípio *um país, dois sistemas*, constituindo o *cordão umbilical* da relação bilateral entre os dois países (cf. *ibid.*).

4.2. A presença da China em Portugal desde 2011

4.2.1. Investimento chinês em empresas portuguesas estratégicas

Entre 2011 e 2015, o grau de endividamento de Portugal e a fragilidade da sua Economia motivaram um pedido de resgate financeiro e a consequente entrada no país da Troika, a equipa de consultores, analistas e economistas do Fundo Monetário Internacional, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia, responsável pela negociação com os países que solicitam um pedido de resgate financeiro, de forma a consolidar as suas contas públicas. Foram assim tomadas penalizantes medidas de austeridade tomadas. O endividamento público e a escassez de dinheiro criaram um terreno particularmente favorável à entrada no país de investimento chinês, que surgiu como uma espécie de D. Sebastião salvador em tempos profundamente conturbados e de cerrado nevoeiro.

Em 2011, a empresa estatal chinesa Three Gorges tornou-se na principal acionista da EDP (Energias de Portugal). No colóquio «Línguas, Culturas e Negócios: Portugal e Mercados Emergentes», organizado pela direção do Mestrado em Línguas e Relações Empresariais da Universidade de Aveiro em abril de 2018, António Queirós afirmou que em 2012 a China Three Gorges (CTG) comprou uma participação de 21,35% no capital da EDP ao Estado português por 2.700 milhões euros (Queirós, 2018), acrescentando que a EDP tem mais de 130.000 acionistas. Queirós considera que os chineses são investidores de referência, que se apresentam como estáveis a longo prazo, no âmbito de uma parceria estratégica, por contraste com os grandes fundos americanos (cf. *ibid.*).

Em 2014, Portugal foi o «país da União Europeia onde o peso do investimento direto chinês, face ao produto interno bruto (PIB), foi maior: 1,839 mil milhões de euros» (cf. Campos & Vicente, 2016, p. 63).

A Fosun tem investido em diversos segmentos de mercado em Portugal, designadamente na Fidelidade, no BCP e na Luz Saúde (antiga Espírito Santo Saúde), na REN (Rede Elétrica Nacional) e no setor imobiliário. Tudo leva a crer

que o investimento chinês venha ainda a intensificar-se, dado que algumas empresas chinesas pretendem tornar-se grandes acionistas da banca privada portuguesa. Com efeito, o grupo privado chinês Fosun está desde o verão de 2016 em negociações para entrar no BCP, onde pretende ficar com até 30% de capital (cf. Campos & Vicente, 2016). O Minsheng Financial Group é um dos cinco candidatos à compra do Novo Banco (cf. *ibid.*). O antigo BES Investimento já é chinês, visto que foi comprado pela Haitong no final de 2014. Sublinhe-se que, se as operações em curso tiverem sucesso, os investidores ficarão a controlar cerca de 30% do mercado financeiro português (cf. *ibid.*).

Em 2014, a China investiu em Portugal perto de 2 mil milhões de euros, correspondentes a 1,06% do PIB português desse período (Villalobos, 2015). O fluxo de capital chinês acumulado em Portugal, entre 2011 e 2014, ascendia a 12,5 mil milhões de euros (cf. Campos & Vicente, 2016, p. 58).

A State Grid investiu na REN. O HNA Group é acionista da TAP. A Haitong comprou o Banco Espírito Santo de Investimento (BESI) ao Novo Banco. Outros bancos chineses investiram igualmente na banca portuguesa (cf. Campos & Vicente, 2016, p. 95). Estes investimentos estarão sob investigação pelas autoridades reguladoras chinesas, que exigem informações sobre os avultados dos empréstimos que a banca chinesa concedeu a estas grandes empresas, já que esses empréstimos poderão provocar um «risco sistémico» no sistema financeiro chinês (cf. Campos, 2017). O investimento chinês foi assim canalizado, principalmente, para os setores da banca, dos seguros, da energia, da saúde, do imobiliário, do comércio e das águas.

O presidente chinês Xi Jinping, numa reunião com o Primeiro-Ministro português António Costa, manifestou o interesse num maior investimento chinês na Economia portuguesa, designadamente em sectores fulcrais, como nas finanças, nos seguros, na saúde e em infraestruturas (cf. Jornal Económico, 2016).

Em 2016, é declarado o apoio do Governo chinês às suas empresas para conquistarem novos mercados. No sítio MacauHub¹⁵ (2017), lê-se que Xu Weili, Conselheira Económica e Comercial da China em Portugal, revelou que em 2016 as empresas chinesas investiram cerca de 6,8 mil milhões de euros em Portugal e, por este motivo, o investimento chinês levou à criação de 36 mil postos de trabalho (*apud* Macauhub, 2017). Xu Weili declarou ainda que o comércio bilateral nos primeiros cinco meses de 2017 atingiu 2250 milhões de dólares (+7,26%), com vendas chinesas no valor de 1488 milhões de dólares (-4,69%) e vendas portuguesas no valor de 761 milhões de dólares (+42,08%) (cf. Macauhub, 2017). No Macauhub lê-se ainda que, em 2016, cerca de 200 mil turistas chineses tiveram Portugal como destino turístico (quase 2% da população portuguesa), prevendo-se que estes números aumentassem a partir do dia 26 de julho de 2017, aquando da oficialização dos voos diretos entre Pequim e Lisboa (cf. *ibid.*).

Um estudo recentemente vindo a lume, realizado pela investigadora espanhola Ivana Casaburi, professora da Esade, uma instituição privada de ensino jesuíta da Universidade Ramon Llull, sediada em Barcelona (à qual está ligado o Esade China Europe Club), demonstra que Portugal é o país europeu que mais investimento direto recebeu da China, entre 2010 e 2016, tendo em conta o seu PIB (cf. Casaburi, 2016-17, p. 65). Segundo a base de dados ESADE China Europe, a Portugal recebeu 7.23 biliões de dólares de investimento da China no período compreendido entre 2010 e 2015, o que corresponde a de 8% do total do investimento chinês em toda a Europa, sendo o sexto país europeu que, em relação ao seu PIB, mais beneficia do investimento chinês, estando apenas atrás do Reino Unido, da Itália, da França, da Irlanda e da Alemanha (cf. Casaburi, 2016-17, p. 65). A investigadora espanhola hierarquiza da seguinte forma os 10 maiores investimentos (os montantes estão em milhões de US dólares) por empresas chinesas em Portugal no período compreendido entre 2010 e 2016 (cf. *ibid.*, p. 67, Tabela 5):

¹⁵ Macauhub é um serviço noticioso gratuito que procura ajudar a compreender o relacionamento económico e comercial entre a China e os países de língua portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (cf. Macauhub, 2018).

1. **2011** - EDP - Energias de Portugal. Investidor: China Three Gorges. Montante: 3,510. Setor: Energia.
2. **2014** - Fidelidade (Caixa Geral). Investidor: Fosun International. Montante: 1,360. Setor: Seguros.
3. **2015** - Espírito Santo Saúde (Luz Saúde). Investidor: Fosun International. Montante: 621 Setor: Saúde.
4. **2012** - REN - Redes Energéticas Nacionais. Investidor: State Grid. Montante: 475 Setor: Energia.
5. **2012** - EDP Renováveis. Investidor: China Three Gorges. Montante: 510 (Energia).
6. **2014** - BESI - Banco Espírito Santo de Investimento. Investidor: Haitong Securities. Montante: 466. Setor: Financeiro.
7. **2013** - Compagnie Générale des Eaux. Investidor: Beijing Enterprises. Montante: 129. Setor: Águas). Setor: Águas.
8. **2015** - Greenfield project. Investidor: Yuwibuy.com. Montante: 65. Setor: e-commerce.
9. **2012** - Greenfield project. Investidor: ICBC. Montante: 31. Setor: Financeiro.
10. **2016** - EIP - Electricidade Industrial Portuguesa. Investidor: Shandong Taikai. Montante: 30. Setor: Energia.

Casaburi defende que o significativo aumento do investimento chinês em Portugal é absolutamente indissociável do contexto de crise económica na Eurozone que emergiu em 2008 e que foi particularmente intensa nos Países do Sul (cf. *ibid.*, p. 65).

Em setembro de 2018, à margem de um seminário realizado na Embaixada de Portugal na China, que visou a captação de investimento para o setor automóvel, o responsável pela AICEP apelava ainda a um maior investimento chinês em Portugal na área dos veículos elétricos, alegando que existem empresas chinesas tecnologicamente mais avançadas (cf. Eco [via Agência Lusa], 2018). Luís Castro Henriques sublinhou que Portugal, para além de ser um «destino competitivo» para instalar capacidade produtiva, pode também servir de plataforma à China para os mercados europeu e dos países de língua portuguesa (cf. *ibid.*).

No início de 2018, a entidade reguladora da planificação económica da RPC avançou com restrições no investimento de empresas chinesas além-fronteiras, alertando para investimentos «irracionais» em setores sujeitos a «riscos e perigos ocultos» (cf. Diário de Notícias [via Agência Lusa], 2018a). Essas restrições vieram penalizar principalmente os sectores imobiliário, hoteleiro, fundos de investimento, armamento, cinema, entretenimento e clubes desportivos, que passaram a depender da aprovação do Governo da RPC (cf. *ibid.*).

O dinheiro chinês foi canalizado para a energia, para as seguradoras, para a área da saúde, para o turismo, para o sector imobiliário e *media*. Com efeito, Portugal apresenta-se como uma «porta» amigável de entrada na Europa dos investidores chineses, que têm manifestamente privilegiado as relações comerciais com Portugal, havendo claramente uma predisposição para conferir a este país no extremo ocidental da Europa «um estatuto e um tratamento senão equivalente pelo menos próximo do que tem sido dado aos principais países europeus» (Pereira, 2006, p. 66).

Diga-se em abono da verdade que os capitais chineses não têm sido aplicados apenas a Portugal. O mercado europeu continua a seduzir fortemente os investidores chineses (vd., entre outros, Casiburi, 2016-27; 2018). A cerimónia de apresentação do sítio Portuguese Economy Probe,¹⁶ em mandarim, contou com a presença de Choi Man Hin (Presidente da Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa e Presidente do Estoril Sol), que deixou bem claro que existe uma grande quantidade de capitais chineses que estão a entrar na Europa a grande velocidade (cf. Villalobos, 2015; Casaburi, 2016-17; 2018). Com efeito, em 2014, a RPC aplicou cerca de 16,5 mil milhões de euros na Europa, tendo investido sobretudo nos setores da energia, do imobiliário, da agricultura e agroalimentar (cf. *ibid.*).

Por outro lado, setores como o da eletricidade e das telecomunicações (diga-se em abono da verdade, estratégicos e financeiramente menos vulneráveis) deixaram de necessitar de aprovação oficial (cf. *ibid.*). Na verdade, a China tornou-se, nos últimos anos, um dos principais investidores em Portugal,

¹⁶ Este sítio tem como finalidade divulgar os dados da Economia portuguesa, sobretudo na China, com o objetivo de intensificar os investimentos chineses em Portugal.

principalmente nas áreas da Energia, dos Seguros, da Saúde e da Banca, Ao mesmo tempo, centenas de cidadãos chineses adquiriram casa em Portugal aproveitando as vantagens concedidas pelos Vistos Gold.

4.2.2. Os Vistos Gold

Chama-se Visto Gold ou Golden Visa (oficialmente conhecido como Autorização de Residência para Atividade de Investimento) à autorização de residência em Portugal que pode ser concedida pelo Estado português a potenciais investidores oriundos de países que não integram a União Europeia, com vista à realização de investimentos, nos setores empresarial ou imobiliário, em território português.

Os chineses investiram Nos Vistos Gold, cerca de 910 milhões de euros, entre 2012 e 2015 (cf. Villalobos, 2015).

Na verdade, investidores estrangeiros e suas famílias continuam a chegar diariamente a Portugal através dos Vistos Gold. Só em janeiro de 2017, foram atribuídos 221 e 622 pessoas obtiveram autorização de residência por esta via. Desde o início do programa dos Vistos Gold até ao início do ano de 2017, já se haviam legalizaram 11 461 estrangeiros, na sua maioria chineses, num total de dinheiro investido de 2,7 mil milhões de euros (cf. Diário de Notícias, 2017). Nesta altura, os chineses representavam 71,3 % dos investidores estrangeiros, seguidos pelos brasileiros, que representam apenas 0,6% (cf. *ibid.*).

Huang Yongjie, Presidente da Associação de Empresários Chineses em Portugal, explicava, no início de 2017, o crescente número de chineses em Portugal nos seguintes termos:

Os chineses estão a investir muito em Portugal e vão continuar a investir. Em conversas que tenho com amigos e a comunidade, dizem estar muito contentes e que pretendem continuar os seus negócios aqui. A prova são os festejos do Ano Novo chinês, que já fazemos há quatro anos no Martim Moniz. É uma forma de mostrar a nossa cultura e de integrar a comunidade chinesa. [...] Os investimentos imobiliários

são bons, o fator meteorológico é muito importante, os chineses têm uma ligação centenária a Portugal através de Macau e esta é uma nação que continua calma, é tudo muito tranquilo. E, mais importante do que tudo isso, é que os portugueses são muito acolhedores e eles sentem-se aqui muito bem. (*Apud Diário de Notícias*, 2017).

De acordo com o *Diário de Notícias* (2017), só em quatro anos (de 2013 para 2016), os empresários chineses terão trazido para Portugal 4825 pessoas, das quais 40% em 2014, sendo que, por cada dois empresários chineses, chegam três familiares.

De acordo com os dados fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), entre janeiro e agosto de 2018, o investimento chinês captado através dos Vistos Gold caiu 24%, para 194,3 milhões de euros (cf. *Expresso* [via Agência Lusa], 2018). Este decréscimo consubstanciou-se na atribuição de 348 autorizações de residência para atividade de investimento a cidadãos de nacionalidade chinesa, num total de 194,3 milhões de euros (cf. *ibid.*). Curiosamente, o investimento de origem turca mais que do duplicou para 69,4 milhões de euros no mesmo período, pelo que a Turquia já foi apelidada de «nova China» em Portugal (cf. *ibid.*).

4.2.3. O crescente fluxo de turistas chineses

Em novembro de 2017, o *Diário de Notícias* dava conta de que o número de hóspedes chineses em Portugal crescera 40% para 191 mil nos primeiros nove meses do ano, face ao período homólogo do ano anterior (cf. *Diário de Notícias* [Via Agência Lusa], 2017e). Na verdade, o primeiro voo direto entre Pequim e Lisboa, a 26 de julho de 2017, esteve a cargo da companhia aérea chinesa Beijing Capital Airlines, uma das subsidiárias do grupo chinês HNA, acionista da TAP, através do consórcio Atlantic Gateway e da companhia brasileira Azul. Este voo inaugural teve uma taxa de ocupação superior a 80% nos primeiros seis meses (cf. *Público*, 2018).

Na cerimónia de inauguração dos voos diretos Lisboa-Pequim, que contou com a presença do Presidente do parlamento da China, Zhang Dejiang, de visita a Portugal, Primeiro-Ministro português António Costa declarou que a abertura da rota Lisboa-Pequim tinha um «enorme simbolismo», considerando-a «a nova rota da seda do século XXI» (*apud Dinheiro Vivo*, 2018).

O Embaixador português em Pequim, Jorge Torres-Pereira, afirmou na altura que Portugal podia ter como objetivo chegar a um milhão de turistas chineses por ano (*apud Relvas*, 2017). Para tal contribuiria uma nova rota da transportadora Beijing Capital Airlines, que assegurava igualmente quatro voos semanais entre a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e a capital chinesa, para coincidir com a ligação a Lisboa e servir os cerca de 15.000 portugueses que vivem no território (cf. *Diário de Notícias* [via Agência Lusa], 2017f).

Só em 2017, os turistas chineses gastaram 130 milhões de euros em Portugal, um crescimento de 40% em relação ao ano anterior, que despertou a atenção dos comerciantes portugueses (cf. *Público*, 2018a). A China já era na altura o maior emissor mundial de turistas e, segundo estatísticas oficiais, 135,1 milhões de chineses viajaram para fora da China continental em 2016, num aumento de 12,5% em relação ao ano anterior (cf. Relvas, 2017).¹⁷

Na altura da celebração do 1.º aniversário do voo direto entre Pequim e Lisboa, a Beijing Capital Airlines, que operava cerca de 3 vezes por dia, por aviões de modelo 330-200 da Airbus, com capacidade para 475 passageiros, anunciou que a uma taxa média de ocupação por voo era de cerca de 80%, mas que na época alta registara uma taxa superior aos 95 % (*apud Volta ao Mundo*, 2018).

Curiosamente, em Agosto de 2018, um mês após a celebração do 1.º aniversário da ligação aérea direta entre a China e Portugal, a Capital Airlines notificava os seus passageiros que suspendera os voos, no período compreendido entre Outubro e Março, alegando apenas «razões operacionais» (cf. *Público* [via Agência Lusa], 2018). Sublinhe-se que a Capital Airlines é uma

¹⁷ A este propósito da características específicas dos turistas chineses e do perfil da oferta ibérica, vd. Queirós, 2013.

das subsidiárias do grupo chinês HNA, que enfrenta uma grave crise de liquidez, depois de ter fechado o ano de 2017 com uma dívida de 598 mil milhões de yuan (cerca de 77 mil milhões de euros), de acordo com os dados divulgados na apresentação dos resultados anuais da empresa (cf. *Dinheiro Vivo* [via Agência Lusa], 2018). A escalada nos custos de financiamento terá desencadeado uma onda de venda de ativos do grupo, de que terá sido um dos principais visados das advertências das autoridades chinesas sobre «investimentos irracionais» no estrangeiro, que poderiam «acarretar riscos» para o sistema financeiro chinês (*apud ibid.*). Um tanto paradoxalmente, no mesmo mês em que suspende o voo direto Pequim-Lisboa, a Capital Airlines solicitou autorização às autoridades chinesas para iniciar um voo direto entre Xi'an, noroeste da China, e Lisboa a partir de dezembro de 2018 (cf. *ibid.*).

4.2.4. O interesse da China na Base das Lajes

Desde que, em 2012, os Estados Unidos anunciaram a redução dos efetivos na Base das Lajes, que a ilha Terceira e a sua Base das Lajes passaram a interessar aos chineses, manifestamente pela sua situação geoestratégica no Atlântico.

Em 2012, o então o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao esteve na ilha Terceira, acompanhado por uma comitiva de mais de 100 pessoas, numa escala técnica entre o Chile e a China, que demorou cerca de cinco horas. Em julho de 2014, o Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, permaneceu na ilha Terceira durante cerca de oito horas, numa escala entre o Chile e Pequim, em que aproveitou para se reunir com o então vice-Primeiro-Ministro português, Paulo Portas.

Em junho de 2016, o presidente do Governo Regional dos Açores recebeu em Ponta Delgada, o Ministro do Mar da China, Wang Hong, que destacou o potencial dos Açores na área do mar (*apud Diário de Notícias* [via Agência Lusa], 2016).

Em setembro de 2016, uma delegação de cerca de 20 representantes chineses, todos fluentes em português, deslocou-se à Base das Lajes numa viagem de pesquisa que durou semanas e que culminou com a visita à ilha Terceira de Li Keqiang. O Primeiro-Ministro da RPC reuniu com o seu congénere português no dia 26 do mesmo mês (cf. *Diário de Notícias* [via Agência Lusa], 2016). Os verdadeiros objetivos da visita desta delegação chinesa ao mais alto nível e da reunião entre Li Keqiang e Augusto Santos Silva foram alvo de várias interpretações. A imprensa portuguesa anunciou que esta visita tinha como objetivo estabelecer novas parcerias com vista à efetivação de vários negócios.

O congressista lusodescendente Devin Nunes avisou na altura o secretário da Defesa dos Estados Unidos que era «provável» que a Base das Lajes acabasse na posse do Governo chinês, alertando para uma eventual utilização destas instalações como um centro de informações e logística que, no limite, poderia ser expandido para usos militares, junto de estruturas críticas aos militares americanos (*apud Diário de Notícias* [via Agência Lusa], 2016). Augusto Santos Silva anunciou que o objetivo do encontro nos Açores com o seu congénere chinês assentava na preparação da visita do Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa, à China e que não tinha «agenda escondida» (*apud ibid.*).

Em inícios de outubro de 2016, António Costa admitia em Macau que a base aérea das Lajes poderia vir a ser usada pela China se os Estados Unidos não renovassem o acordo de exclusividade, sublinhando que esse uso seria apenas para fins científicos (*apud Carrapatoso*, 2016). Costa reconheceu que a base nos Açores era muito importante em termos militares, mas também em termos de logística e tecnologia e pesquisa nas águas profundas e de alterações climáticas (*apud ibid.*).

Em novembro de 2016, um evento organizado pela Embaixada dos EUA e pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), que decorreu esta noite em Lisboa, o então Embaixador Robert Sherman afirmou que as Lajes continuavam a ser um centro estratégico para os EUA, acrescentando que os locais mais difíceis do mundo estão no Médio Oriente, África Oriental e Europa de

Leste e que colocar tropas americanas próximas desses locais seria a maneira de garantir que a segurança no mundo é protegida (*apud Negócios* [via Agência Lusa], 2016). Poucos dias antes deste evento, numa audição no Parlamento português sobre a proposta do Orçamento do Estado para 2017, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva garantiu que Portugal pretende que os Açores se mantenham como «o centro da ligação transatlântica» e que «só os Estados Unidos» reconheçam a importância estratégica da base militar das Lajes (*apud ibid.*). Santos Silva sublinhou ainda que o Governo português pretendia instalar nas Lajes uma plataforma que servisse para monitorizar a segurança em toda a grande região do Atlântico, em parceria com os Estados Unidos e com diferentes países atlânticos (*apud ibid.*). Curiosamente, Santos Silva referiu-se a uma possível presença da China na base das Lajes, mas apenas para fins de investigação científica, alegando que, nesse contexto, todos os países do mundo, da China à Suazilândia seriam bem-vindos (*apud ibid.*).

Em julho de 2018, Em julho de 2016, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva afirmou que a certificação da base das Lajes para uso pela aviação civil era «um estímulo para o turismo» e não limitava a utilização militar da infraestrutura, quer pela Força Aérea portuguesa quer pela Força Aérea norte-americana (*apud Observador* [via Agência Lusa], 2018). Curiosamente, Santos Silva não alude a uma possível utilização da base das Lajes pela Força Aérea chinesa. Com efeito, a poucos dias antes, base das Lajes havia sido certificada para utilização permanente pela aviação civil, passando a designar-se como aeroporto internacional, na sequência de um processo que demorou dois anos (cf. *ibid.*).

4.2.5. Notas soltas sobre a balança comercial entre Portugal e a China

Em relação ao comércio luso-chinês, as máquinas e aparelhos e metais comuns representam por si só quase 50% das importações, com as primeiras em crescimento contínuo (cf. Queirós, 2018). A quota das exportações portuguesas

para a China subiu ligeiramente de 1,3% para 1,5% entre 2015 e 2016 (cf. *ibid.*). O número de empresas que exportam para a China tem crescido com uma certa regularidade (cf. *ibid.*). A título de exemplo, em 2011 eram cerca de 911 empresas portuguesas, na forma jurídica, que exportavam para a China, ao passo que em 2015 já eram cerca de 1356 (cf. *ibid.*).

De acordo com dados disponibilizados pela AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), em 2017, a China foi o 15.º mercado para o mobiliário, têxteis-lar, iluminação e utilidades domésticas feitas em Portugal (cf. *Sapo* [via Agência Lusa], 2018). O setor dos têxteis (têxteis-lar e outros), por exemplo, registou, em 2017, um crescimento homólogo nas exportações para a China de 42,6%, superando os 23 milhões de euros (cf. *ibid.*). O Embaixador de Portugal em Pequim, José Augusto Duarte, declarou em abril de 2018 à Agência Lusa que Portugal estava interessado em promover produtos tradicionais e industriais, não só da área agroalimentar, mas também calçado, ourivesaria, componentes automóveis, mobiliário ou *design* (cf. *ibid.*).

Dados oficiais de 2017 publicados no portal do Fórum Macau, baseados em estatísticas dos Serviços de Alfândega chineses, Portugal terá vendido à China produtos no valor de 2.128 milhões de dólares (cerca de 1,7 mil milhões de euros), enquanto da China terão chegado produtos no valor de 3.480 milhões de dólares (cf. *Dinheiro Vivo* [via Agência Lusa], 2018a). Segundo o referido portal, as trocas comerciais entre Lisboa e Pequim ascenderam a 1.344 milhões de dólares (1.141 milhões de euros) no 1.º trimestre de 2018, o que corresponde a um aumento de cerca de 179 milhões de dólares em comparação com igual período do ano anterior (cf. *Sapo* [via Agência Lusa], 2017; *Dinheiro Vivo*, 2018b).

Em 2017, a categoria veículos e materiais de transporte terá constituído a maior parcela na lista das exportações portuguesas para a China (cf. Nunes, 2018). Este sector representou 34,2% das exportações, somando um total de 288 milhões de euros, sobretudo devido às vendas de veículos fabricados pela Autoeuropa, a unidade da Volkswagen em Setúbal, que até 2014 contribuía para mais de metade das exportações portuguesas para o país asiático (cf. *ibid.*). De acordo com dados da Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP)

nos primeiros quatro meses de 2018, a Autoeuropa, a única fábrica portuguesa a enviar automóveis para a China, exportou 2645 veículos, o que correspondeu a 3,6% da produção da fábrica de Palmela entre janeiro e abril deste ano (cf. *ibid.*). Nos últimos trinta anos, Pequim recorreu a altas taxas alfandegárias (que reduziu recentemente para este sector) e outras medidas com o objetivo de deslocar a produção de automóveis mundiais para o país, estimulando desta forma indústria e a economia local (cf. *ibid.*). Sublinhe-se ainda que a China é o maior mercado automóvel do mundo. Só até outubro de 2018, terão sido vendidas na China 24,72 milhões de automóveis (cf. *ibid.*).

É óbvio que não faz qualquer sentido comparar isolada e acriticamente a balança comercial entre Portugal e a China, dado que os números não traduzem a diferença abismal entre as Economias dos dois países. Basta lembrar que o PIB chinês é o segundo do *ranking* mundial, logo a seguir ao dos EUA e que o PIB português é 55 vezes menor. Por outro lado, não pode deixar-se de ter em linha de conta outros fatores que concorrem para acentuar ainda mais a gigantesca assimetria nas relações comerciais entre os dois países, nomeadamente o baixo custo da mão-de-obra chinesa e as diferenças no âmbito da proteção social dos trabalhadores.

4.2.6. Críticas ao forte investimento chinês em Portugal

A China hodierna é um país que investe e que compra em todo o mundo. Tem adquirido vários segmentos de mercado em Portugal através de empresas mais ou menos diretamente ligadas ao Estado. A China abriu a sua Economia em 1979, numa decisão política para favorecer o seu crescimento através das exportações e do investimento estrangeiro. Num discurso proferido em dezembro de 1978 numa das sessões de trabalho do Comité Central do Partido Comunista Chinês, Deng Xiaoping afirmou de forma reveladora: «não interessa se é um gato preto ou um gato branco – desde que cace ratos, é um bom gato» (Tomé, 2006, p. 14). Esta afirmação resume a estratégia de investimento da RPC no

estrangeiro, sem todavia jamais abdicar da sua soberania nacional e da sua integridade territorial. A este propósito A. Carriço afirma:

O nacionalismo chinês celebra tanto as glórias como as fraquezas da sua civilização, para além da absoluta determinação da preservação da integridade e soberania territorial, estando ligado ao objetivo do «rejuvenescimento nacional» – que deverá ser concluído até 2049 (centenário da proclamação da RPC) (Carriço, 2016, p. 93).

É um facto de que a China tem adquirido várias empresas em Portugal e de diferentes segmentos. Há vários economistas e politólogos que defendem que a venda parcial ou total destas empresas estratégicas para a sustentabilidade da Economia portuguesa, se revelará uma resposta incorreta à estratégia económica que Portugal deveria seguir. As críticas ao forte investimento chinês em sectores estratégicos da Economia Portuguesa têm-se sido feitas por pessoas afetas à Esquerda e à Direita. Por exemplo, o Economista e professor universitário Francisco Louçã, destacado militante do Bloco de Esquerda, defendeu, em entrevista à TVI 24, que «vender à República Popular da China o controlo total da produção e distribuição da energia em Portugal é um disparate económico e um erro estratégico» (Louçã, 2012). Já em 2007, Louçã acusava José Sócrates de querer privatizar a REN e a rede hidroeléctrica (barragens), chamando a atenção para o Orçamento do Estado como prova destas intenções: «Dê-me um único argumento económico ou financeiro para privatizar a maioria da REN ou para a rede hidroeléctrica seja privada em Portugal, um único» (*apud* Oliveira, 2018). O então Primeiro-Ministro socialista, José Sócrates, assegurou na altura que não iria diminuir a participação de 51% do Estado na empresa, «justamente por ser uma empresa estratégica» (*apud ibid.*).

Fernando Ulrich, Presidente Executivo do BPI entre 2004 e 2017, afirmou que se sentia «chocado» por Portugal «ser o porta-aviões da China para entrar na Europa» (*Jornal de Negócios* [via Agência Lusa], 2015). Referiu ainda que se sentia igualmente chocado com o elevado montante do investimento chinês num curto espaço de tempo e com a circunstância de ninguém ficar escandalizado

pelo facto de o presidente da Fosun ser membro do comité do Partido Comunista Chinês (cf. *ibid.*).

Já o Presidente do Conselho de Administração da EDP, Eduardo Catroga, reagindo às supramencionadas declarações do Presidente executivo do BPI, afirmava em 2015 que as críticas ao excesso de investimento chinês em Portugal eram comparáveis aos «receios de velhos do Restelo», alegando que essas opiniões adversas eram «quase sempre não devidamente fundamentadas» (*Jornal Económico*, 2015). Catroga declarou enfatizou ainda que «a participação de empresas chinesas em todos os setores é importante também como veículo para a internacionalização das empresas portuguesas, como mostra o caso da EDP, da Fidelidade e da REN, entre outras» (*apud ibid.*), sublinhando que as relações entre Portugal e China têm de ser enquadradas no contexto da relação da União Europeia com a China, que é o principal parceiro comercial da União Europeia e o seu terceiro mercado exportador (cf. *ibid.*).

Anabela Campos e Isabel Vicente, autoras da obra *Negócios da China*, consideram que «os novos donos de Portugal não são europeus, são cidadãos chineses» (Campos & Vicente, 2016, p. 46). Chegam mesmo a questionar se, porventura, Portugal não se terá transformado numa China *country*, dado o substancial investimento da China em Portugal (cf. *ibid.*, p. 57).

No início de julho de 2018, alguns meios de comunicação social portugueses faziam-se eco das críticas do Embaixador norte-americano em Lisboa ao forte investimento chinês em Portugal. Sublinhe-se que Portugal é um dos principais pontos de acesso à Europa denominada «Uma faixa, uma rota», um projeto de infraestruturas chinesas por todo o mundo, cujo investimento está avaliado em cerca de um bilião de dólares (vd. *supra* 2.2.3.). O Embaixador americano chamou a atenção para o modelo de empresas estatais que obedecem a ordens de Pequim, um modelo que, na sua opinião, subordina os interesses económicos aos interesses do Estado (cf. *TSF* [via Agência Lusa], 2018). George Glass considera que a intensa parceria em curso da China com Portugal não é de índole comercial, mas de índole política, dado que não se trata de «empresas ou entidades privadas a fazerem transações», mas de «empresas estatais» (*apud*

ibid.). Glass deu como exemplo a China Three Gorges (CTG), que queria comprar a maioria do capital da EDP, através de uma Oferta Pública de Aquisição da empresa. Sublinhe-se que a China Three Gorges e a empresa CNIC Corporation, igualmente chinesa, controlam já quase 30% do capital da EDP, que, por sua vez, tem dez mil milhões de dólares investidos nos EUA no setor das energias renováveis. Daí o particular «olhar atento» do Embaixador norte-americano ao investimento chinês nas Energias e Portugal (cf. *TSF* [via Agência Lusa], 2018).

A investigadora Fernanda Ilhéu, docente do Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e Coordenadora do ChinaLogus – Business Knowledge & Relationship with China, considera que investimento chinês em Portugal tem dado lucro, mas não criou emprego, alegando que ou os chineses mudam de estratégia ou a opinião pública portuguesa poderá virar-se contra as investidas do Continente (cf. Plataforma Macau [s.d.]).

Curiosamente, em julho de 2017, o Governo alemão emitiu um decreto tendente a reforçar as regras de investimentos estrangeiros em empresas consideradas estratégicas, dando assim seguimento às preocupações manifestadas no mês anterior por Angela Merkel, que alertara publicamente para os perigos do «expansionismo económico da China» (cf. *em.com. br* Internacional, 2017). Numa entrevista ao semanário económico alemão *Wirtschaftswoche*, Merkel terá sublinhado que a China tem uma grande tradição de pensar em períodos históricos longos e que, do ponto de vista de Pequim, a Europa não passaria uma península asiática (*apud ibid.*). Embora tivesse reconhecido que muitos setores da economia alemã dependiam da China, o que justificaria um diálogo no sentido de chegar um desenvolvimento harmonioso que fosse benéfico para todos, a chanceler alemã manifestou-se preocupada com os grandes investimentos chineses na Europa, em especial com o investimento chinês na empresa alemã de equipamentos Kuka, que em 2016 fora comprada pela chinesa Midea por 4,6 bilhões de euros. Esta parceria empresarial implicava

uma transferência de tecnologia alemã para o gigante económico asiático (*apud ibid.*).

Mais recentemente, Merkel voltou a exprimir a sua preocupação em relação à iniciativa chinesa «Nova Rota da Seda», fazendo-se eco dos receios sobre um aumento da influência política do regime de Pequim no continente europeu. Com efeito, em agosto de 2018, o governo alemão bloqueou a compra da empresa metalúrgica Leifeld Metal Spinning, pelos chineses da Yantai Taihai Group, alegando motivos de «segurança nacional» (cf. Peixoto, 2018). Esta decisão do Executivo de Angela Merkel, revelada pela agência Bloomberg, é mais uma evidência do endurecimento da política alemã em relação ao investimento chinês em terras de além-Reno (cf. *ibid.*). A Leifeld Metal Spinning, uma empresa relativamente pequena para o universo alemão – segundo a Bloomberg gerou receitas de 33 milhões de euros em 2016 – produz metais de alta resistência para as indústrias automóvel, espacial e nuclear (cf. *ibid.*). Uns dias antes, a Alemanha bloqueara a entrada de acionistas chineses na correspondente alemã à REN, a maior operadora de distribuição energética do país (cf. Oliveira, 2018a), uma determinação governamental que contrasta fortemente com a realidade portuguesa, onde empresas estatais chinesas são acionistas majoritários de empresas portuguesas estratégicas como são REN e a EDP.

Esta atitude da Alemanha é inclusivamente consentânea com uma proposta, apresentada uns meses antes por deputados da Comissão Europeia (Comércio Internacional), que visa criar um quadro europeu para controlar o investimento estrangeiro, designadamente chinês, na União Europeia (cf. *Jornal de Negócios*, 2018a).

4.2.7. O Instituto Confúcio

De acordo com a instituição académica Shanghai International Studies University – SISU, o «Instituto Confúcio é um instituto sem fins lucrativos de comunicação cultural e educação que a China estabelece em todo o mundo para

promover a língua chinesa e transmitir a cultura chinesa e a sinologia» (shisu.edu, 2018). Segundo o portal *China.com* (2017), desde a inauguração do primeiro Instituto Confúcio, em 2004, na Coreia do Sul, contabilizaram-se em 2017 cerca de 516 Institutos Confúcio em 142 países. O *Diário de Aveiro* noticiava este ano, em 2018, que os Institutos Confúcio ascenderam a 525 institutos e a 1115 Salas Confúcio espalhados pelo mundo (cf. *Diário de Aveiro*, 2018). Em Portugal, o Instituto Confúcio está presente em 4 Universidades, nomeadamente na Universidade de Aveiro, na Universidade de Coimbra, na Universidade de Lisboa e na Universidade do Minho (cf. *Diário de Notícias* [via Agência Lusa], 2018). O Mandarim também está a ser lecionado em 21 escolas do Ensino Secundário português, desde setembro de 2015 (cf. *Público*, 2015).

Segundo o *Diário da República* (2015), o Ministério da Educação e Ciência assinou um protocolo de cooperação com o Hanban - Instituto Confúcio da República Popular da China, em 2015, tendo em vista a «cedência graciosa de professores chineses e a sua colocação em escolas portuguesas» (*Diário da República*, 2015). Este protocolo, justificado pela «crescente procura pelo ensino do Mandarim, a língua mais falada em todo o Mundo, e a importância das relações entre Portugal e a China» (*Diário da República*, 2015), contemplava também a «criação de um projeto-piloto para o início da aprendizagem do Mandarim de forma sistemática na rede de ensino pública portuguesa» (*ibid.*).

Em entrevista ao *Diário de Aveiro*, Carlos Morais, atual Diretor do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA) e Professor do Departamento de Línguas e Culturas, revelou que a instituição que dirige «vai apostar na formação de docentes que irão «apoiar os projectos que estão a ser desenvolvidos em escolas públicas e privadas na sua área de influência» (*Diário de Aveiro*, 2018). Segundo a *UA Online*, o IC-UA «alargou, recentemente, o ensino de Mandarim a cerca de 500 alunos do Ensino Básico de Estarreja, passando a contar cerca de 2500 alunos, no total, a aprenderem a língua chinesa na região» (*UA Online*, 2018). Com efeito, só na região de Aveiro, além de Estarreja, o Mandarim conta com cerca de 850 aprendentes em São João da Madeira e com cerca de 600 em Espinho (cf. *ibid.*). O projeto de ensino do Mandarim só na região de Aveiro

envolve ainda alunos em Águeda, Aveiro, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra (cf. *ibid.*).

Os Institutos Confúcio, financiados pelo Hanban, a abreviatura coloquial de Gabinete do Conselho de Língua Chinesa Internacional (ligado ao Ministério da Educação da República Popular da China), têm levado de facto a cabo uma intensa e diversificada atividade no âmbito quer da divulgação da cultura chinesa, quer das relações culturais, científicas e empresariais entre Portugal e a China.

5. Considerações finais

Perante o exposto, interrogamo-nos sobre o impacto do investimento chinês no desenvolvimento da tecnologia portuguesa em diversos sectores. Interrogamo-nos igualmente sobre o impacto do investimento chinês na taxa de emprego em Portugal. Interrogamo-nos ainda sobre as consequências futuras da fortíssima presença das empresas estatais chinesas em sectores estratégicos da Economia portuguesa. Interrogamo-nos finalmente sobre as razões que levam a China a privilegiar Portugal, em termos de investimento cultural e empresarial, em relação a outros países europeus.

Apesar de a China ter um sistema político diferente do português e apesar de as empresas chinesas, que têm investido em Portugal, estarem ligadas ao Estado da RPC, até à presente data, estas diferenças parecem não ter interferido nas relações comerciais entre os dois países. Portugal tem sido manifestamente uma plataforma para a internacionalização das empresas chinesas particularmente para a Europa, para África (países lusófonos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), para a América do Sul (Brasil) e para a Ásia (Timor Leste).

Como demonstram as informações apresentadas atinentes ao forte investimento e ao projeto da Nova Rota da Seda, tudo leva a crer que a China deseja constituir-se como a maior Economia do mundo. O Porto de Sines, por exemplo, foi eleito pela China como um dos nós geoestratégicos da Nova Rota da Seda. Os três voos diretos semanais de Lisboa para a China podem igualmente incluir-se neste nó português da Nova Rota da Seda. Portugal parece de facto estar a ser usado pela China como «Cavalo de Tróia» para entrar na Europa. Dado o nível de sofisticação elevado das empresas portuguesas, os chineses servem-se de Portugal como lugar de aprendizagem das regras regulatórias e do *modus operandi* da gestão europeia, como bem sublinharam Campos & Vicente (2016, p. 84).

Na realidade, não obstante as muitas críticas que alertavam para os perigos do forte investimento da China em Portugal, a verdade é que este foi

fundamental no período em que Portugal esteve intervencionado pela Troika, tendo inclusivamente desempenhado um papel muito importante na reabilitação da Economia portuguesa. Diga-se em abono da verdade, que não tem havido notícias negativas sobre os comportamentos dos investidores chineses, que têm sabido manter uma atitude discreta em Portugal. Tiveram o bom senso de manter os presidentes das várias empresas onde investiram, sem fazerem grandes alaridos em tornos de cortes financeiros ou de despedimentos. Por outro lado, até à presente data, a maioria dos portugueses não vê de forma negativa nem receia o gigantesco investimento chinês no país, ao contrário do que acontece noutros países europeus, designadamente na Alemanha, no Reino Unido, em França, entre outros. Resta saber se esta forma de os portugueses olharem a China se prende com os laços diplomáticos e culturais que ligam os dois países há séculos através de Macau, se se prende com falta de cultura política e empresarial ou ainda se será expressão de puro desinteresse.

A estratégia de investimento da RPC na Europa parece prender-se manifestamente com um possível controlo de sectores económicos estratégicos e, através dele, com a aquisição de conhecimentos tecnológicos e científicos que concorram para melhorar e intensificar a sua própria Economia. É fundamental não esquecer o nacionalismo que ressuma da forma de estar da China, que não abdica de modo algum do controle das suas empresas geoestratégicas, nem de manter o seu regime político, que, como ficou demonstrado, ainda se impõe através de diversos atentados à dignidade da vida humana. Não será de facto por acaso que os investidores chineses começaram, primeiramente, por adquirir empresas do ramo da Energia, da Saúde, de Seguros, de Transportes, da Banca e dos *media*. Interrogamo-nos sobre a forma como um capitalismo de Estado como é a RPC, em que os direitos, liberdades e garantias não são respeitados, irá conviver no futuro com a cultura democrática do Velho Continente.

Uma questão pertinente que tem sido colocada por alguns investigadores é a seguinte: Será que a China continuará satisfeita com as regras do jogo financeiro e económico mundial ou tentará readaptá-las?

Muitos críticos da forte presença económica da China em Portugal consideraram que foi um erro a venda de empresas estratégicas, dado que, algumas destas apresentavam lucros e tinham investimento estatal. Será que o elevado grau de investimento chinês em Portugal comporta riscos de soberania? É um facto incontestável que a Política está hoje mais do que nunca dependente da Economia. O futuro o dirá.

Numa entrevista concedida em 1980 ao periódico italiano *Corriere della Sera*, Deng Xiaoping, questionado sobre se o Capitalismo era assim tão mau, Xiaoping respondeu desta forma: «O Ocidente capitalista ajudar-nos-á a ultrapassar o atraso em que nos encontramos, a pobreza que nos aflige [...]. Aconteça o que acontecer, os efeitos positivos serão sempre maiores do que os negativos.» (*apud* Cavaleira, 2010, p. 78). Esta afirmação visionária de Deng Xiaoping, em 1980, confirma as suas previsões, o capital do Ocidente salvou a China. Esta tem-se empenhado seriamente em internacionalizar as suas empresas. Na realidade, a China tornou-se num grande e permanente investidor em inúmeras empresas no Ocidente. Portugal não é exceção e nos últimos anos permitiu que o investimento chinês entrasse em força em várias empresas. A China mantém uma estratégia de investimento e uma forte influência económica, e não será descabido que esta, dentro de pouco tempo, tenha fundamentos para exigir o título de maior Economia do mundo.

De facto a «China 3.0.» é hoje uma grande potência comercial e que tem inegavelmente como motor o Capitalismo do Ocidente. A força da China reside no Capitalismo económico que pratica, associado a uma governação marcadamente ditatorial. O Capitalismo reforça a governação e a governação reforça o Capitalismo. Mas, poderá o dinheiro comprar tudo? Na verdade, como chama a atenção o famoso professor de teoria política e moral da Universidade de Harvard Michael J. Sandel, numa época como aquela em que vivemos, em que quase tudo pode ser comprado e vendido (cf. Sandel, 2015, p. 15), é um facto iniludível que ao «longo das últimas três décadas, os mercados – e os valores de mercado – têm regido as nossas vidas de uma forma nunca antes vista» (*ibid.*). Sandel alerta para os «limites morais do mercado» do mundo hodierno, sublinhando que

há coisas, que se prendem fundamentalmente com a dignidade da vida humana, que o dinheiro não pode, nem deveria poder comprar (cf. *ibid.*, p. 13).

6. Referências bibliográficas

Almeida, A. T. M. (2008). *Comunicar com a China: Estratégias Adoptadas por Empresas da região de Aveiro*. (Dissertação de Mestrado), Universidade de Aveiro). URL: <https://ria.ua.pt/handle/10773/2786> (Consultado em abril de 2017).

Amado, L. (2010). As relações bilaterais entre Portugal e a República Popular da China. (Trinta Anos de relações diplomáticas luso-chinesas e Dez Anos sobre a transferência da administração de Macau para a China). *Revista Negócios Estrangeiros*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, n.º 16, fevereiro de 2010, pp. 11-12.

Amnesty International (2018). Death Sentences and Executions 2017. *Amnesty International*, 11-04. URL: <https://deathpenaltyinfo.org/death-penalty-international-perspective> (Consultado em outubro de 2018).

Amnestia Internacional (2009). 4 de Junho de 2009 – 20.º aniversário do massacre de Tiananmen. *Amnestia Internacional*, 14-09. URL: <https://www.amnesty.org/en/documents/act50/5740/2017/en/> (Consultado em junho de 2018).

Araújo, F. (2007). Tiananmen | Escolas evitam falar sobre massacre. Alunos aprendem por si. *Hoje Macau*, 23-06. URL: <https://hojemacau.com.mo/2016/06/23/tiananmen-escolas-evitam-falar-sobre-massacre-alunos-aprendem-por-si/> (Consultado em junho de 2018).

Barbosa, E. (2010). *Dicionário: A Origem das Palavras*. URL: <http://bit.ly/2qaakHw> (Consultado em agosto de 2017).

BBC News (2017). China to increase military spending by 7% in 2017. *BBC News*, 04-03. URL: <http://www.bbc.com/news/world-asia-china-39165080> (Consultado em maio de 2017).

Benning, E. (2007). Beijing ou Pequim? *Porto Marinho*, 22-05. URL: <https://cmarinho.wordpress.com/2007/05/22/beijing-ou-pequim/> (Consultado em novembro de 2017).

Bianchi, E. (2009). *Dicionário das Religiões: Taoísmo*. Milão, Itália: Mondadori Electa.

Botelho, J. (2016). A fé que move a China. *Super Interessante*, 31-10. URL: <http://super.abril.com.br/historia/a-fe-que-move-a-china/> (Consultado em março de 2017).

Bueno, A. (2017). O futuro pertencerá às crianças? O fim da política do filho único e seus desdobramentos. Academia.edu. URL: <http://uerj.academia.edu/Andr%C3%A9Bueno> (Consultado em março de 2018).

Cabrita, I. (2015). «*Modelo chinês para os Direitos Humanos*»: uma análise crítica no contexto das relações internacionais. (Tese de doutoramento), Universidade de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). URL: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/8136/1/tese%20%20doutoramento%20definitiva.pdf> (Consultado em junho de 2017).

Caeiro, A. (2017). O último combate de Liu Xiaobo. *Expresso*, 15-07. URL: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2017-07-15-O-ultimo-combate-de-Liu-Xiaobo#gs.wgm3UCo> (Consultado em junho de 2018).

Campos, A. (2017). Exposição bancária dos acionistas chineses ao BCP e à TAP sob investigação, *Expresso*, 22-06. URL: <http://expresso.sapo.pt/economia/2017-06-22-Exposicao-bancaria-dos-acionistas-chineses-ao-BCP-e-a-TAP-sob-investigacao> (Consultado em fevereiro de 2018).

Campos, A. & Vicente, I. (2016). *Invasão Chinesa*, *Expresso*, 26-11. URL: <http://expresso.sapo.pt/economia/2016-11-26-Invasao-chinesa> (Consultado em novembro de 2017).

Campos, A. & Vicente, I. (2016). *Negócios da China*. Alfragide, Portugal: Oficina do Livro.

Carrapatoso, M. (2016). Costa admite que China pode vir a usar base das Lajes. *Observador*, 12.10. URL: <https://observador.pt/2016/10/12/costa-admite-que-china-pode-vir-a-usar-base-das-lajes/> (Consultado em novembro de 2017).

Carriço, A. (2016). República Popular da China: nacionalismo e secessionismos. *JANUS 2015-2016 – Conjuntura Internacional*, 92-93. URL: http://janusonline.pt/images/anuario2015/2.19_AlexandreCarrico_RPChina.pdf (Consultado em julho de 2017).

Casaburi, I. (2016-17). Chinese investment trends in Europe. Report. *Esade. China Europe Club*. Barcelona: Esade Business School, pp. 5-74. URL: http://proxymy.esade.edu/gd/facultybio/publicos/1531242559344_Chinese_investment_in_Europe.pdf (Consultado em maio de 2018).

Casaburi, I. (2018). Chinese investment trends in Europe. Report. *Esade. China Europe Club*. Barcelona: Esade Business School, pp. 3-23. URL: http://proxymy.esade.edu/gd/facultybio/publicos/1531242559344_Chinese_investment_in_Europe.pdf (Consultado em outubro de 2018).

Cavalera, F. (2010). República imPopular da China: As grandes mudanças e os grandes dirigentes desde Mao até ao século XXI. Barcarena, Portugal: Editorial Presença.

Celli, N. (2007). *Budismo*. Milão, Itália: Mondadori Electa.

Chaline, E. (2004). *O livro do Zen*. Lisboa, Portugal: Dinalivro.

Cheng, A. (1991). *Conversações de Confúcio*. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa.

Cheng, A. (1997). *Histoire de la Pensée Chinoise*. Paris, França: Éditions du Seuil.

China Labor Watch (2018). Something's Not Right Here: Poor Working Conditions Persist at Apple Supplier Pegatron. *China Labor Watch*, 22-10. URL: <http://www.chinalaborwatch.org/report/109> (Consultado em outubro de 2018).

Chow, Y. (1956). *La Philosophie Chinoise*. Paris, França: Presses Universitaires de France.

Coker, C. (2011). *Cultural Dialogue: the Western Encounter with 'the Rest'*. London School of Economics. URL: https://www.chathamhouse.org/sites/files/.../1211pp_coker.pdf (Consultado em novembro de 2017).

Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China (2015). Visão e ações para promover a construção conjunta da faixa económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros / Ministério do Comércio.

Constituição de 4 de Dezembro de 1982 da República Popular da China [s. d.]. Versão da Constituição da República Popular da China em língua portuguesa (tradução não oficial), *Revista Administração*, n.º 48, Edição SAEP. URL: <http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp> (Consultado em março de 2018).

Correia, M. (2010). A globalização e a República Popular da China: desafios e potencialidade de um país. URL: <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=191922> (Consultado em janeiro de 2018).

Countrysmeters (2018). População da China. *Countrysmeters*, 28-05. URL: <http://countrysmeters.info/pt/China> (Consultado em abril de 2018).

Cunha, L. (2016). China: a Constituição interpretada por Xi Jinping, JANUS.NET, *e-journal of International Relations*. URL: http://janusonline.pt/images/anuario2015/1.14_LuisCunha_Constituicao_Xi_Jinping.pdf (Consultado em maio de 2017).

Cunha, L. (2013). 18.º Congresso PCC: o fim de uma era. JANUS.NET, *e-journal of International Relations*, pp. 12-13. URL: <http://hdl.handle.net/11144/602> (Consultado em abril de 2018).

Diamond, L. (2010). *Liberation Technology*. *Journal of Democracy*, vol. 21, n.º 3, pp. 69-83.

Diário de Notícias (2017). Vistos Gold dispararam neste ano e chineses são a maioria. *Diário de Notícias*, 05-02. URL: <https://www.dn.pt/portugal/interior/vistos-gold-dispararam-neste-ano-e-chineses-sao-a-maioria-5648844.html> (Consultado em fevereiro de 2017).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2015b). China aboliu política do filho único implementada em 1979. *Diário de Notícias*, 29-10. URL: <https://www.dn.pt/mundo/interior/china-aboliu-politica-do-filho-unico-implementada-em-1979-4860913.html> (Consultado em abril de 2017).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2018a). China alerta para investimentos «irracional» além-fronteiras. *Diário de Notícias*, 12-02. URL: <https://www.dn.pt/mundo/interior/china-atualiza-lista-de-setores-sensíveis-no-investimento-alem-fronteiras-9113313.html> (Consultado em fevereiro de 2018).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2016). Congressista alertou EUA sobre «provável» uso das Lajes pela China. *Diário de Notícias*, 28-09. URL: <https://www.dn.pt/sociedade/interior/congressista-alertou-eua-sobre-provavel-uso-das-lajes-pela-china-5414114.html> (Consultado em setembro de 2017).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2018). Fim da limitação de mandatos. "Xi Jinping quer ser o Mao Tsé-Tung do século XXI". *Diário de Notícias*, 25-02. URL: <https://www.dn.pt/mundo/interior/analistas-esperam-mais-poder-para-o-presidente-chines-com-mudanca-nos-mandatos-9143853.html> (Consultado em maio de 2018).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2015a). A Grande Muralha da China está a ser destruída... pelo tempo e pelos chineses. *Diário de Notícias*, 20-06. URL: <http://www.dn.pt/ciencia/interior/a-grande-muralha-da-china-esta-a-ser-destruida-pelo-tempo-e-pelos-chineses-4651272.html> (Consultado em setembro de 2017).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2017a). Instituições forçadas a escolher entre resistir ao dinheiro chinês ou acatar censura de Pequim. *Diário de Notícias*, 27-08. URL: <http://www.dn.pt/lusa/interior/instituicoes-forçadas-a-escolher-entre-resistir-ao-dinheiro-chines-ou-acatar-censura-de-pequim-8730760.html> (Consultado em março de 2018).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2009). Morreu Igor Gaidar, ideólogo da "terapia de choque". *Diário de Notícias*, 16-12. URL: <https://www.dn.pt/economia/interior/morreu-igor-gaidar-ideologo-da-terapia-de-choque-1448854.html> (Consultado em junho de 2018).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2017b). Nova Rota da Seda não é «Plano Marshall» chinês, mas projeto internacional – Governo. *Diário de Notícias*, 17-05. URL: <https://www.dn.pt/lusa/interior/nova-rota-da-seda-nao-e-plano-marshall-chines-mas-projeto-internacional---governo-8482282.html> (Consultado em junho de 2017).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2017e). Número de turistas chineses em Portugal cresce 40% para 191 mil até setembro. *Diário de Notícias*, 23-11. URL: [/www.dn.pt/dinheiro/interior/hospedes-chineses-em-portugal-crescem-40-para-191-mil-ate-setembro---governo-8937634.html](http://www.dn.pt/dinheiro/interior/hospedes-chineses-em-portugal-crescem-40-para-191-mil-ate-setembro---governo-8937634.html) (Consultado em novembro de 2017).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2017c). Presidente chinês promete milhares de milhões de euros para "Novas Rotas da Seda". *Diário de Notícias*, 14-05. URL: <https://www.dn.pt/lusa/interior/presidente-chines-promete-milhares-de-milhoes-de-euros-para-novas-rotas-da-seda-8474994.html> (Consultado em junho de 2017).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2017d). Primeiro voo direto entre Pequim e Lisboa aterra hoje de manhã. *Diário de Notícias*, 26-07 URL: <https://www.dn.pt/lusa/interior/primeiro-voo-direto-entre-pequim-e-lisboa-aterro- hoje-de-manha-8663631.html> (Consultado em setembro de 2018).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2018). REPORTAGEM: Portugueses formados em mandarim aproveitam "era dourada" entre Portugal e China. *Diário de Notícias*, 07-01. URL: <https://www.dn.pt/lusa/interior/reportagem-portugueses-formados-em-mandarim-aproveitam-era-dourada-entre-portugal-e-china-9029744.html> (Consultado em janeiro de 2018).

Diário de Notícias [via Agência Lusa] (2017f). Voo inaugural da Capital Airlines chega a Macau para completar nova ligação Pequim-Lisboa. *Diário de Notícias*, 25-07. URL: <https://www.dn.pt/lusa/interior/voo-inaugural-da-capital-airlines-chega-a-macau-para-completar-nova-ligacao-pequim-lisboa-8661496.html> (Consultado em julho de 2017).

Dinheiro Vivo [via Agência Lusa] (2018). Capital Airlines quer voo direto entre o noroeste da China e Lisboa. *Dinheiro Vivo*, 11-10. URL: <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/capital-airlines-quer-voo-direto-entre-noroeste-da-china-e-lisboa/> (Consultado em outubro de 2018).

Dinheiro Vivo [via Agência Lusa] (2018a). Exportações portuguesas para a China aumentam 35%. *Dinheiro Vivo*, 09-02. URL: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/exportacoes-portuguesas-para-a-china-aumentam-quase-35-em-2017/> (Consultado em março de 2018).

Dinheiro Vivo [via Agência Lusa] (2018b). Exportações portuguesas para a China aumentam 16% no primeiro trimestre. *Dinheiro Vivo*, 13-06. URL: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/exportacoes-portuguesas-para-a-china-aumentam-16-no-primeiro-trimestre/> (Consultado em julho de 2018).

Duarte, P. (2017). A Nova Rota da Seda: A Convergência da Terra e do Mar na (Re)emergência da China. *Instituto Internacional de Macau, Revista Oriente Ocidente*, N.º 34, II série, pp. 44-55. URL: www.anrs.pt/documentation/OrienteOcidentePauloDuarte.pdf (Consultado em março de 2018).

Eco [via Agência Lusa] (2018). Portugal quer atrair mais investimento chinês para sector automóvel, diz AICEP. *Eco Economia online*, 13-09. URL: <https://eco.pt/2018/09/13/portugal-quer-atrair-mais-investimento-chines-para-setor-automovel-diz-aicep/> (Consultado em setembro de 2018).

Efe (2009). Y el delito de Liu Xiaobo es... “subversion”. *Elmundo.es*, 26-06. URL: <http://www.elmundo.es/elmundo/2009/06/24/solidaridad/1245815285.html> (Consultado em agosto de 2017).

Embaixada da República Popular da China em Portugal (2013). China ABC: *Embaixada da República Popular da China em Portugal*, 24-09. URL: <http://pt.china-embassy.org/pot/zgabc/t98494.htm> (Consultado em fevereiro de 2018).

Esquerda.net (2018). Há 29 anos, o massacre de Tiananmen. *Esquerda.net*, 05-06. URL: <https://www.esquerda.net/artigo/ha-27-anos-o-massacre-de-tiananmen/43094> (Consultado em junho de 2018).

Expresso (2018). Má avaliação social impede chineses de viajarem de avião ou comboio. E não só. *Expresso*, 29-10. URL: <https://expresso.sapo.pt/internacional/2018-10-29-Ma-avaliacao-social-impede-chineses-de-viajarem-de-aviao-ou-comboio.-E-nao-so#gs.Vv0UCIk> (Consultado em novembro de 2018).

Expresso (2007). Mil crianças chinesas foram vendidas como escravos. *Expresso*, 16-06. URL: <http://expresso.sapo.pt/actualidade/mil-criancas-chinesas-foram-vendidas-como-escravos=f110023> (Consultado em fevereiro de 2017).

Expresso (2018). Portugal na nova rota da seda da China. *Expresso Economia*, 31-05. URL: <https://expresso.sapo.pt/economia/2018-05-31-Portugal-na-nova-rota-da-seda-da-China#gs.luASed4> (Consultado em julho de 2018).

Expresso [via Agência Lusa] (2017b). China: Sem política do filho único, natalidade aumentou 7,9% em 2016. *Expresso*, 23-01. URL: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2017-01-23-China-Sem-politica-do-filho-unico-natalidade-aumentou-79-em-2016> (Consultado em fevereiro de 2017).

Expresso [via Agência Lusa] (2018). Vistos Gold: a Turquia é a nova China. *Expresso*, 06-10. URL: <https://expresso.sapo.pt/sociedade/2018-10-06-Vistos-Gold-A-Turquia-e-a-nova-China#gs.hCNMJl0> (Consultado em outubro de 2018).

Expresso [via Agência Lusa] (2017a). Xi Jinping promete 124 mil milhões na nova Rota da Seda. *Expresso*, 14-05. URL: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2017-05-14-Xi-Jinping-promete-124-mil-milhoes-na-nova-Rota-da-Seda> (Consultado em junho de 2017).

Fernandes, M. (2003). A normalização das relações luso-chinesas e a questão da retrocessão de Macau à china, 1974-1979. *Administração*, n.º 61, vol. XVI, 2003-3.º, 1077-1141.

Freedmon House (2018). Freedom in the World, China Profile. *Freedmon House*, 2018. URL: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/china> (Consultado em setembro de 2018).

Forbes (2018). The World's Most Powerful People. *Forbes*. URL: <https://www.forbes.com/powerful-people/list/#tab:overall> (Consultado em maio de 2018).

Fundação Jorge Álvares (2018). Biblioteca Digital. Os portugueses em Macau. *Fundação Jorge Álvares*. URL: <http://www.fundacaojorgealvares-bibliotecadigital.com/civil-e-cultura-china-e-macau/os-portugueses-em-macau/> (Consultado em maio de 2018).

Fundação Jorge Álvares (2018). Biblioteca Digital. Os primeiros portugueses em Macau. *Fundação Jorge Álvares*. URL: <http://www.fundacaojorgealvares-bibliotecadigital.com/portugueses-em-macau/primeiros-portugueses-macau/> (Consultado em maio de 2018).

G1 (2017). Xi Jinping, o dirigente chinês mais poderoso em 25 anos. *Globo*, 19-10. URL: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/xi-jinping-o-dirigente-chines-mais-poderoso-em-25-anos.ghtml> (Consultado em janeiro de 2018).

Gelber, H. (2008). *O Dragão e os diabos estrangeiros – a China e o mundo, de 1100 a.C. até à actualidade*. Lisboa, Portugal: Guerra e Paz.

Hofstede Insights (2018). Country comparison. *Hofstede Insights*, 09-05. URL: <https://www.hofstede-insights.com/country-comparison/china,portugal/> (Consultado em maio de 2018).

Ilhéu, F. (2017). A Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI – Os Países de Língua Portuguesa na Cadeia de Valor Global da China. *Instituto Internacional de Macau, Revista Oriente Ocidente*, N.º 34, II série, pp. 38-43. URL: www.anrs.pt/documentation/OrienteOcidenteFernandallhéu.pdf (Consultado em março de 2018).

Jinping, X. (2017). Full text of Xi Jinping's report at 19th CPC National Congress. *China Daily*, 04-11. URL: http://www.chinadaily.com.cn/china/19thcpcnationalcongress/2017-11/04/content_34115212.htm (Consultado em fevereiro de 2018).

Jornal Económico (2015). Críticas ao investimento chinês em Portugal são «receios de Velho do Restelo», diz Catroga. *Jornal Económico*, 21-04. URL: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/criticas-a-investimento-chines-em-portugal-sao-receios-de-velhos-do-restelo-diz-catroga-1839> (Consultado em junho de 2017).

Jornal Estado de Minas (2017). Merkel adverte contra o expansionismo económico da China. *Jornal Estado de Minas* (em.com. br Internacional), 29-06. URL: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/06/29/interna_internacional,880028/merkel-adverte-contr-o-expansionismo-economico-da-china.shtml (Consultado em junho de 2017).

Jornal de Negócios (2016). China oferece a Portugal o aumento do investimento e cooperação comercial. *Jornal Económico*, 09-10. URL: <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/china-oferece-portugal-aumento-do-investimento-cooperacao-comercial-76655> (Consultado em novembro de 2017).

Jornal de Negócios (2015). Economist: China supera Estados Unidos como maior economia do mundo em 2026. *Jornal de Negócios*, 24-06. URL: http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/china_liderara_mercados_mundiais_em_2026 (Consultado em fevereiro de 2018).

Jornal de Negócios (2015). Fernando Ulrich: "Choca-me tanto investimento chinês em empresas estratégicas portuguesas". *Jornal de Negócios*, 17-04. URL: https://www.jornaldenegocios.pt/negocios-iniciativas/conferencia-negocios/conferencia-negocios-2015/detalhe/fernando_ulrich_choca_me_tanto_investimento_chines_em_empresas_estrategicas_portuguesas (Consultado em março de 2017).

Jornal de Negócios (2018). Mapa: Com quantos milhões é feita a incursão da China na Europa. *Jornal de Negócios*, 23-04. URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/mapa-com-quantos-milhoes-e-feita-a-incursao-da-china-na-europa> (Consultado em maio de 2018).

Jornal de Negócios (2017). Pedro Marques: Ligação China-Portugal é a nova rota aérea da seda do século XXI. *Jornal de Negócios*, 26-07. URL: <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/transportes/aviacao/detalhe/pedro-marques-ligacao-china-portugal-e-a-nova-rota-aerea-da-seda-do-seculo-xxi> (Consultado em agosto de 2017).

Jornal de Negócios [via Agência Lusa] (2018a). Parlamento europeu quer controlar investimento estrangeiro, sobretudo chinês. *Jornal de Negócios*, 28-05. URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/uniao-europeia/detalhe/parlamento-europeu-quer-controlar-investimento-estrangeiro-sobretudo-o-chines> (consultado em agosto de 2018).

Jornal de Negócios (2018b). Portugal abre portas a investimento da China enquanto Europa as fecha. *Jornal de Negócios*, 26-05. URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/energia/detalhe/portugal-abre-portas-a-investimento-da-china-enquanto-europa-as-fecha> (Consultado em maio de 2018).

Krokou, D. (2016). Como entrar no E-Mergente mercado chinês: Um guia prático para as PME e empreendedores. URL: <https://books.google.pt/books?id=6MOGCwAAQBAJ&lpg=PT22&dq=mianzi%20krokou&hl=pt-PT&pg=PT22#v=onepage&q=mianzi%20krokou&f=false> (Consultado em abril de 2018).

Larguesa, A. (2017). Nova Rota da Seda: como a "borboleta" chinesa espalha influência global. *Jornal de Negócios*, 15-05. URL: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/detalhe/nova-rota-da-seda-como-a-borboleta-chinesa-espalha-influencia-global> (Consultado em maio de 2018).

Leitão, L., & Lin, C. (2013). Jorge Álvares: Visto pelos historiadores chineses. *Macau*, 15-12. URL: <http://www.revistamacau.com/2013/12/15/jorge-alvares-visto-pelos-historiadores-chineses/> (Consultado em abril de 2018).

Lim, L. (2014). *The People's Republic of Amnesia: Tiananmen Revisited*. New York, United States of America: Oxford University Press.

Liu, B. (2012). Confucianism in Firms: A Comparative Study of South Korea, China and Japan. (Master of Science in Technology and Policy at the Massachusetts Institute of Technology). URL: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/72899#files-area> (Consultado em março de 2018).

Louçã, F. (2012). Vendeu à China o controlo da energia em Portugal. *TVI24*, 29-05. URL: <http://www.tvi24.iol.pt/economia/negocios/vendeu-a-china-o-controlo-da-energia-em-portugal> (Consultado em abril de 2018).

Luo, Y. (1997). Guanxi: Principles, Philosophies, and Implications. *Human Systems Management*; 1997; 16, 1; ABI/INFORM Complete. *ResearchGate*, 01. URL: https://www.researchgate.net/publication/279561691_Guanxi_Principles_Philosophies_and_Implications (Consultado em fevereiro de 2018).

MacauHub (2017). China investiu 6,8 mil milhões de euros em Portugal em 2016. *MacauHub*, 18-07. URL: <https://macauihub.com.mo/pt/2017/07/18/pt-china-investiu-68-mil-milhoes-de-euros-em-portugal-em-2016/> (Consultado em janeiro de 2018).

Magalhães, N. (2006). Coreia do Norte, Anarquia e Poder Nuclear. *Relações Internacionais*, junho 2006, n.º 10, p. 085-106. ISSN 1645-9199. URL: www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_09NSMagalhaes.pdf (Consultado em fevereiro de 2018).

Mah, L. (2013). A emergência do modelo de desenvolvimento chinês. *Relações Internacionais*, junho 2013, n.º 38, p. 45-56. ISSN 1645-9199. URL: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200005&lng=pt&nrm=iso (Consultado em fevereiro de 2018).

Marangoni, R. (2008). *Dicionário das religiões: Zen*. Milão, Itália: Mondadori Electa.

Martina, M. / Blanchard, B. (2017). China confirms 7 percent increase in 2017 defense budget. *Reuters*, URL: <https://www.reuters.com/article/us-china-parliament-defence/china-confirms-7-percent-increase-in-2017-defense-budget-idUSKBN16D0FF> (Consultado em março de 2018).

Martins, D. (2007). China: uma das principais considerações da política externa europeia. *Relações Internacionais*, junho 2007, n.º 14, pp. 117-123. ISSN 1645-9199. URL: www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri14/RI14_10DAEMartins.pdf (Consultado em março de 2018).

Martins, D. (2006). China: uma emergência pacífica? *Relações Internacionais*, junho 2006, n.º 10, pp. 39-52. ISSN 1645-9199. URL: www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_04DAEMartins.pdf (Consultado em março de 2018).

Martins, D. (2004). Os princípios confucionistas da ideologia chinesa actual. In A. M. Amaro, R. Leão e S. Dias (coords.), *Estudos sobre a China VI*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Vol. II, Observatório da China, pp. 01-53.

Matos, F. (2008). Os 100 Idiomas mais falados do mundo, in: *World's Observatory*, 29-10. URL: <https://frankherles.wordpress.com/2008/10/29/os-100-idiomas-mais-falados-do-mundo/> (Consultado em abril de 2018).

McCahill Jr., W. (2017). China's "New Era" and "Xi Jinping Thought". *The National Bureau of Asian Research*, 24-10. URL: <http://www.nbr.org/research/activity.aspx?id=811> (Consultado em novembro de 2017).

Mendes, C. (2010). A China e a Cooperação Sul-Sul. *Instituto Português das Relações Internacionais*, Vol. 26, p. 39-46. ISSN: 1645-9199. URL: <https://www.google.pt/search?q=carmen+mendes+china+sul+sul&oq=carmen+mendes+china+sul+sul&aqs=chrome..69i57.5274j1j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8> (Consultado em fevereiro de 2018).

Mendes, C. (2010). A evolução das relações Luso-Chinesas. *Observatorio de la política China*. URL: <https://bit.ly/2MF0ylt> (Consultado em fevereiro de 2018).

Mendes, C. (2015). República Popular da China, in: Política Externa: As relações internacionais em mudança. Capítulo 14. Imprensa da Universidade de Coimbra. URL: <https://digitalis-dsp.uc.pt/handle/10316.2/38500> (Consultado em abril de 2018).

Mendonça, S. (2015-2016). Rota da Seda, velha(s) e nova(s). *OBSERVARE - JANUS 2015-2016 - Integração regional e multilateralismo*, pp. 124-125. URL: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/2964> (Consultado em fevereiro de 2018).

Morais, H. (2006). A China no dealbar do novo milénio. *Política Internacional*, n.º 30, p. 37-51. URL: www.ipris.org/files/30/03PIn30_Morais.pdf (Consultado em abril de 2018).

Munir, S. (2013). A metamorfose do Partido Comunista da China. *Relações Internacionais*, junho 2013, n.º 38, p. 147-150. ISSN 1645-9199. URL: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri38/n38a13.pdf (Consultado em fevereiro de 2018).

Negócios [via Agência Lusa] (2016). Base das Lajes continua «estratégica» para os EUA, diz embaixador em Portugal. *Negócios*, 08-11. URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/defesa/detalhe/base-das-lajes-continua-estrategica-para-os-eua-diz-embaixador-em-portugal> (consultado em novembro de 2017).

Nenotavaiconta (2013). História – 500 anos da chegada de Jorge Álvares. *Blog Nenotavaiconta - Wordpress*, 04-11. URL: <https://nenotavaiconta.wordpress.com/2013/11/04/historia-500-anos-da-chegada-de-jorge-alvares/> (Consultado em março de 2017).

Nobelprize.org (2018). Liu Xiaobo – Facts. *The Nobel Peace Prize 2010*, 23-03. URL: https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2010/xiaobo-facts.html (Consultado em março de 2018).

Nunes, D. (2018). China reduz taxas sobre carros. Portugal antecipa aumento das exportações. *Dinheiro Vivo*, 22-05. URL: <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/acap-antecipa-aumento-das-exportacoes-de-automoveis-para-china/> (Consultado em junho de 2018).

Observador (2017). China bloqueia o WhatsApp. *Observador*, 26-09. URL: <https://observador.pt/2017/09/26/china-bloqueia-o-whatsapp/> (Consultado em maio de 2018).

Observador (2017a). Morreu Liu Xiaobo, o ativista político chinês Prémio Nobel da Paz. *Observador*, 13-07. URL: <http://observador.pt/2017/07/13/morreu-liu-xiaobo-o-ativista-politico-chines-premio-nobel-da-paz/> (Consultado em janeiro de 2018).

Observador [via Agência Lusa] (2018). Certificação da base das Lajes para uso civil permite também a utilização militar. *Observador*, 25-07. URL: <https://observador.pt/2018/07/25/certificacao-da-base-das-lajes-para-uso-civil-permite-tambem-a-utilizacao-militar/> (Consultado em julho de 2018).

Observador [via Agência Lusa] (2018). Imperador Xi Jinping: o Presidente da China já pode ter mandato vitalício. *Observador*, 11-03. URL: <https://observador.pt/2018/03/11/imperador-xi-jinping-o-presidente-da-china-ja-pode-ter-mandato-vitalicio/> (Consultado em março de 2018).

Observatório da Emigração (2015). Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2015. *Observatório da Emigração*, 07. URL: <http://observatorioemigracao.pt/np4/4639.html> (Consultado em fevereiro de 2018).

Oliveira, A. (2018). A Alemanha bloqueia compra de metalúrgica pelos chineses. *Diário de Notícias*, 01-08. URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/detalhe/alemanha-bloqueia-compra-de-metalurgica-por-chineses> (Consultado em agosto de 2018).

Oliveira, A. (2018a). Alemanha recusa «REN alemã» aos chineses. E nós por cá?». *Jornal de Negócios*, 29-07. URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/energia/detalhe/alemanha-recusa-ren-alema-aos-chineses-e-por-ca> (Consultado em agosto de 2018).

Parlett, A. (2015). How does Confucianism influence relationships within Chinese businesses today?: A literature review. LinkedIn, 26-10. URL: <https://www.linkedin.com/pulse/how-does-confucianism-influence-relationships-within-chinese-parlett/> (Consultado em junho de 2018).

Peixoto, M (2018). Merkel bloqueia compra de metalúrgica pelos chineses. *Jornal de Negócios*, 01-08. URL: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/detalhe/alemanha-bloqueia-compra-de-metalurgica-por-chineses> (consultado em agosto de 2018).

Plataforma Macau [s.d.]. Fim do estado de graça para o investimento chinês em Portugal. Plataforma Macau. URL: <http://www.plataformamacau.com/lusofonia/fim-do-estado-de-graca-para-o-investimento-chines-em-portugal/> (Consultado em setembro de 2018).

Pereira, B. (2006). Relações entre Portugal e a República Popular da China. *Relações Internacionais*, junho 2006, n.º 10, p. 65-73. ISSN 1645-9199. URL: www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_06BFPereira.pdf (Consultado em março de 2018).

Pisu, R. (2006). *China: A Escalada do Dragão*. Matosinhos, Portugal: Quidnovi.

Pordata. (2018). Base de Dados Portugal Contemporâneo. Produto Interno Bruto (Euro). Que países criam mais e menos riqueza? 21-03. URL: [https://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+\(Euro\)-1786](https://www.pordata.pt/Europa/Produto+Interno+Bruto+(Euro)-1786) (Consultado em abril de 2018).

Portal Gestão (2012). A China Versus o Ocidente. *Portal Gestão*, 30-10. URL: <https://www.portal-gestao.com/artigos/6829-a-china-versus-o-ocidente.html> (Consultado em outubro de 2017).

Portal Gestão (2011). Teoria das dimensões culturais – Geert Hofstede. *Portal Gestão*, 05-12. URL: <https://www.portal-gestao.com/artigos/6675-teoria-das-dimens%C3%B5es-culturais-geert-hofstede.html> (Consultado em outubro de 2017).

Portugalglobal (2017). Macau, uma ponta na relação económica entre a China e os países de língua portuguesa. *Revista Portugalglobal*, n.º 95, pp. 01-64, Fevereiro de 2017. URL: <http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/PortugalGlobal/Revista95/> (Consultado em junho de 2018).

Público (2010). Mulher do Nobel da Paz está em prisão domiciliária. *Público*, 11-10. URL: <https://www.publico.pt/2010/10/11/mundo/noticia/mulher-do-nobel-da-paz-esta-em-prisao-domiciliaria-1460379/amp> (Consultado em maio de 2018).

Público (2017). Nobel da Paz Liu Xiaobo libertado com cancro de fígado terminal. *Público*, 26-06. URL: <https://www.publico.pt/2017/06/26/mundo/noticia/nobel-da-paz-liu-xiaobo-libertado-por-razoes-medicas-1776915> (Consultado em janeiro de 2018).

Público (2015). Universidades vão acompanhar professores chineses que darão aulas no 10.º ano. *Público*, 14-07. URL: <https://www.publico.pt/2015/07/14/sociedade/noticia/universidades-vao-acompanhar-professores-chineses-que-darao-aulas-no10-ano-1702014> (Consultado em janeiro de 2018).

Público [via Agência Lusa] (2018). Capital Airlines suspende voo entre China e Portugal. *Público*, 22-08. URL: <https://www.publico.pt/2018/08/22/economia/noticia/capital-airlines-suspende-voo-entre-china-e-portugal-1841778> (Consultado em agosto de 2018).

Público [via Agência Lusa] (2017). Governo: Portugal quer Sines na Nova Rota da Seda. *Público*, 17-05. URL: <https://www.publico.pt/2017/05/17/economia/noticia/governo-portugal-quer-ser-ponto-de-encontro-na-nova-rota-da-seda-1772462> (Consultado em dezembro de 2017).

Público [via Agência Lusa] (2017). Primeiro voo directo entre China e Portugal marcado para 26 de Julho. *Público*, 18-04. URL: <https://www.publico.pt/2017/04/18/economia/noticia/primeiro-voo-direto-entre-china-e-portugal-marcado-para-26-de-julho-1769123> (Consultado em novembro de 2017).

Público [via Agência Lusa] (2018a). Turistas chineses gastaram 130 milhões de euros em Portugal em 2017. *Público*, 18-05. URL: <https://www.publico.pt/2018/05/18/economia/noticia/turistas-chineses-gastaram-130-milhoes-de-euros-em-portugal-em-2017-1830525> (Consultado em junho de 2018).

Queirós, A. (2018). Pensamento político e orientações económicas para a Nova Era do Socialismo com Caraterísticas Chinesas. PowerPoint apresentado no *Colóquio* «Línguas, Culturas e Negócios: Portugal e mercados emergentes», realizado em abril de 2018 na Universidade de Aveiro. Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China (PowerPoint disponibilizado pelo autor à direção do Mestrado em Línguas e Relações Empresariais, que, por sua vez, o publicou na plataforma Moodle).

Queirós, A. (2013). O Turismo internacional chinês e Portugal. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, n.º 20, 41-50.

Queiroz, F. (2013). Interculturalidade e Inovação Organizacional – Estudo de um caso. (Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa). URL: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7147/1/2013_ECSH_DEP_Dissertacao_FilipaCostaSousaPereiraQueiroz.pdf (Consultado em janeiro de 2018).

Ramos, J. D. (1990). Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau. *Instituto da Defesa Nacional*, 53, 157-170. URL: http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2708/1/NeD53_JoaodeDeusRamos.pdf (Consultado em abril de 2018).

Rawstory [via Agência France-Presse] (2015). China ends one-child policy — but critics warn new two-child policy won't end forced abortions. *Agence France-Presse*, 29-10. URL: <https://www.rawstory.com/2015/10/china-ends-one-child-policy-but-critics-warn-new-two-child-policy-wont-end-forced-abortions/> (Consultado em julho de 2017).

Redação TVI24 (2014). Amnistia Internacional pede reconhecimento do massacre de Tiananmen. *TVI* 24, 03-06. URL: <http://www.tvi24.iol.pt/26/internacional/tiananmen-china-amnistia-internacional-teresa-nogueira-25-anos-tvi24/1558537-4073.html> (Consultado em abril de 2017).

Relvas, J. (2017). Primeiro voo direto entre Pequim e Lisboa aterra hoje de manhã. *Observador*, 26-07. URL: <https://observador.pt/2017/07/26/primeiro-voo-direto-entre-pequim-e-lisboa-aterra-hoje-de-manha/> (Consultado em setembro de 2017).

Revista Macau (2013). Jorge Álvares: Visto pelos historiadores chineses. *Revista Macau*, 15-12. URL: https://issuu.com/revista-macau/docs/rm_issue_35 (Consultado em maio de 2018).

RFI. Les voix du monde [via Agência Reuters] (2015). Tiananmen: la lettre d'étudiants chinois expatriés à leurs camarades. *Les Voix du Monde*, 04-06. URL: <http://www.rfi.fr/asie-pacifique/20150604-tiananmen-lettre-etudiants-expatries-chinois-massacre-manifestation-democratie> (Consultado em junho de 2018).

Sandel, M. (2015). *O Que o Dinheiro não Pode Comprar*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença.

Sandschneider, E. (2005). China por toda a parte. *Cadernos Adenauer VII*, abril 2006, n.º 1, p. 9-18. ISSN 1519-0951. URL: www.kas.de/wf/doc/9771-1442-5-30.pdf (Consultado em julho de 2017).

Sapo (2017). Exportações portuguesas para a China na fileira casa crescem quase 50% em 2017. *Sapo (Economia)*, 16-04. URL: <https://24.sapo.pt/economia/artigos/exportacoes-portuguesas-para-a-china-na-fileira-casa-crescem-quase-50-em-2017> (Consultado em junho de 2017).

Sapo (2017). *Onde é que os grupos chineses têm investido em Portugal?* Sapo (Economia), 26-06. URL: https://www.sapo.pt/noticias/economia/onde-e-que-os-grupos-chineses-tem-investido_59515d7a5aa81b3635c5c688 (Consultado em setembro de 2017).

Smith, H. (2007). Taoism. *World Wisdom*, p. 95-117. URL: http://www.worldwisdom.com/public/viewpdf/default.aspx?article-title=Taoism_by_Huston_Smith.pdf (Consultado em agosto de 2017).

Sobral, F. & Vaz, R. (2017). Xi Jinping é o 7.º Mais Poderoso de 2017, *Diário de Notícias*, 27-08. URL: <http://www.jornaldenegocios.pt/negocios-iniciativas/poderosos/poderosos-2017/detalhe/xi-jinping-e-o-7-mais-poderoso-de-2017> (Consultado em dezembro de 2017).

Soller, D. (2018). Os chineses vestem Prada, *Observador*, 23-06. URL: <https://observador.pt/opiniao/os-chineses-vestem-prada/?fbclid=IwAR1i148JhrWAqqBZQjmKNlqPdcCQkQ-f5vB9kIBLO6d90DyaKw-LyOMNI2A> (Consultado em setembro de 2018).

Straková, N. (2009). One World Homo Homini award goes to Chinese dissident. *Aktualne.cz*, 12-03. URL: <https://zpravy.aktualne.cz/one-world-homo-homini-award-goes-to-chinese-dissident/r~i:article:631742/?redirected=1528668465> (Consultado em março de 2018).

Tartar, Rojanasakul & Diamond (2018). How China is buying its way into Europe. *Bloomerang*, 23-04. URL: <https://www.bloomberg.com/graphics/2018-china-business-in-europe/> (Consultado em maio de 2018).

Tecedeiro, H. (2015). China reduz o exército mas exhibe poderio em parada para mundo ver. *Diário de Notícias*, 04-09. URL: <http://www.dn.pt/globo/interior/china-reduz-o-exercito-mas-exibe-poderio-em-parada-para-mundo-ver-4760670.html> (Consultado em maio de 2017).

Tomé, L. (2006). *A China no século XXI: A geoestratégia da China*. Lisboa, Portugal: Casa das letras.

TSF Rádio Notícias [via Agência Lusa] (2018). Estados Unidos criticam investimento chinês em Portugal. *TSF Rádio Notícias*, 06-07. URL: <https://www.tsf.pt/economia/interior/entrevista-estados-unidos-atentos-e-criticos-do-investimento-chines-em-portugal--9558166.html> (Consultado em julho de 2018).

Vaz-Pinto, R. (2010). *A grande muralha e o legado de Tiananmen: a China e os direitos humanos*. Lisboa, Portugal: Tinta-da-China.

Vaz-Pinto, R. (2009). A grande muralha e o legado de Tiananmen, *Relações Internacionais*, setembro 2009, n.º 23, pp. 93-100. ISSN 1645-9199. URL: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri23/n23a06.pdf (Consultado em julho de 2017).

Vaz-Pinto, R. (2013). Nota introdutória, *Relações Internacionais*, junho 2013, n.º 38, pp. 05-07. ISSN 1645-9199. URL: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri38/n38a01.pdf (Consultado em junho de 2018).

Vaz-Pinto, R. (2008). Religião e direitos humanos na China. *Relações Internacionais*, junho 2008, n.º 18, p. 71-82. ISSN 1645-9199. URL: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri18/RI18_04RVPinto.pdf (Consultado em junho de 2017).

Villalobos, L. (2015). Portugal foi o país da UE com maior peso de investimento chinês em 2014. *Público*, 26-04. URL: <https://www.publico.pt/2015/04/26/economia/noticia/portugal-foi-o-pais-da-ue-com-maior-peso-de-investimento-chines-em-2014-1693637> (Consultado em agosto de 2017).

Visão (2018). Relatório denuncia violações dos direitos dos trabalhadores em fábrica da Amazon na China. *Visão, Mundo*, 06-11. URL: <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/2018-06-11-Relatorio-denuncia-violacoes-dos-direitos-dos-trabalhadores-em-fabrica-da-Amazon-na-China> (Consultado em novembro de 2018).

Volta ao Mundo (2018). Beijing Capital Airlines celebra o 1.º aniversário do voo direto entre Pequim e Lisboa. *Volta ao Mundo*, 26-07. URL: <https://www.voltaaomundo.pt/2018/07/26/beijing-capital-airlines-celebra-o-1o-aniversario-do-voo-direto-entre-lisboa-e-pequim/> (Consultado em julho de 2018).

Wenqian, G. (2006). *Chu En-Lai, O Último Revolucionário Perfeito - Uma Biografia*. Colares, Portugal: Pedra da Lua.

World's Observatory (2008). Os 100 idiomas mais falados do mundo. *World's Observatory*, 29-10. URL: <https://frankherles.wordpress.com/2008/10/29/os-100-idomas-mais-falados-do-mundo/> (Consultado em abril de 2017).

Xia, W. (2016). Impacto de Aspectos Culturais em Contexto de Trabalho. (Relatório de Estágio, Universidade do Minho). URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/44345/1/Wu%20Xia.pdf> (Consultado em agosto de 2017).

Xiaobo, L. (2011). *Não Tenho Inimigos, Não Conheço o Ódio*. Alfragide, Portugal: Casa das Letras.

Yao, X. (2000). *An introduction to confucianism*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.

Yibing, Y. (2015). Aprendizagem da Cultura Chinesa e Aquisição de Caracteres. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho). URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38335/1/Yu%20Yibing.pdf> (Consultado em julho de 2017).